



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### ----- **Acta n.º 281** -----

----- Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e onze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Luís António Sousa Pinto dos Santos, e secretariada pelo Primeiro Secretário, Senhor Jorge Manuel da Silva Loureiro, e pela Segunda Secretária, Senhora Anabela de Seabra Santos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

#### ----- **Período de Antes da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: "Apreciação e votação da acta nº 280, nos termos da alínea a) do nº 1 do Artigo 34.º do RAMA";-----

----- Ponto dois: "Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA";-----

#### ----- **Período da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: "Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do nº 1 do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)";-----

----- Ponto dois: "Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do Município de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e dez, bem como apreciação do respectivo inventário do património, de acordo com o estabelecido na alínea c) do nº 2 do Artigo 3.º do RAMA";-----

----- Ponto três: "Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e dez, bem como apreciação do respectivo inventário do património, de acordo com o estabelecido na alínea c) do nº 2 do Artigo 3.º do RAMA";-----

----- Ponto quatro: "Apresentação, discussão e votação da primeira Revisão dos Documentos Previsionais do Município de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e onze, nos termos da alínea b) do nº 2 do Artigo 3.º do RAMA";-----

----- Ponto cinco: "Apresentação, discussão e votação da primeira Revisão dos Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e onze, nos termos da alínea b) do nº 2 do Artigo 3.º do RAMA";-----

----- Ponto seis: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração ao Regulamento de Taxas do Município de Anadia, nos termos das alíneas a) e e) do nº 2 do Artigo 3.º do RAMA";-----

----- Ponto sete: "Apresentação, discussão e votação da proposta da primeira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano dois mil e onze, apresentada pela Câmara Municipal, nos termos conjugados do Artigo 4.º e Artigo 5.º da Lei de Vínculos Carreiras e Remunerações, conjugados com o Artigo 3.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro (aprovada pela Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, encontrando-se actualizada de acordo



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com a Declaração de Rectificação n.º 22-A/2008, de 24 de Abril, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 269/2009, de 30 de Setembro, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, Lei n.º 34/2010, de 2 de Setembro, e Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro);-----

----- Ponto oito: "Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia como delegado ao XIX Congresso da ANMP e seu substituto, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 2.º do Regulamento do referido Congresso, a realizar em Coimbra, no dia nove de Julho de dois mil e onze";-----

#### **Período de Intervenção do Público:**

----- Período de Intervenção do Público, nos termos do Artigo 36.º do RAMA.-----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas nove horas e dez minutos.-----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):-----

- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PPD/PSD;-----
- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PPD/PSD;-----
- • Anabela de Seabra Santos – GM do PPD/PSD;-----
- • Lúcia Maria das Neves Pires Cérca – GM do PS;-----
- • Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões – GM do CDS-Partido Popular;-----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do PPD/PSD;-----
- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do PPD/PSD;-----
- • Rui António de Almeida Marinha – GM do PS;-----
- • José Lagoa Duarte – GM do PPD/PSD;-----
- • Carlos Manuel do Cruzeiro Oliveira – GM do PPD/PSD;-----
- • Mónica Rita Pimenta Lousado – GM do PS;-----
- • João Alves Morais – GM da CDU;-----
- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do PPD/PSD;-----
- • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM do CDS-Partido Popular;-----
- • Pedro Miguel da Costa Pereira Dias – GM do PPD/PSD;-----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS;-----
- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PPD/PSD;-----
- • Jennifer Nunes Pereira – GM do PPD/PSD;-----
- • Tiago Pereira Coelho – GM do PS.-----

----- Não compareceram à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais do indicado Grupo Municipal (GM):-----

- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS;-----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PPD/PSD;-----

----- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- • José Cerveira Lagoa – GM do PS – PJF de Aguim;-----  
----- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PPD/PSD – PJF da Amoreira da Gândara;-----  
----- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PPD/PSD – PJF de Ancas;-----  
----- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PPD/PSD – PJF de Arcos;-----  
----- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Caminho;-----  
----- • Manuel Baptista Veiga – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Cima;-----  
----- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores;-----  
----- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PPD/PSD – PJF da Moita;-----  
----- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD – PJF de Óis do Bairro;-----  
----- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos;-----  
----- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PPD/PSD – PJF de São Lourenço do Bairro;---  
----- • Óscar dos Santos Ventura – GM do PPD/PSD – PJF de Tamengos;-----  
----- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros;-----  
----- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD – PJF de Vilarinho do Bairro.-----  
----- Não compareceu à sessão o seguinte Senhor Deputado Municipal e Presidente de Junta de Freguesia (PJF), do indicado Grupo Municipal (GM):-----  
----- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PPD/PSD – PJF de Paredes do Bairro;-----  
----- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros:-----  
----- • Litério Augusto Marques – PPD/PSD – Presidente;-----  
----- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PPD/PSD - Vereadora e Vice-Presidente;-----  
----- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador;-----  
----- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PPD/PSD – Vereador;-----  
----- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – PS – Vereador;-----  
----- Do executivo camarário não compareceram à sessão os seguintes membros:-----  
----- • Aníbal José Franco Ferreira – PPD/PSD – Vereador;-----  
----- • Rosa Maria Tomás da Conceição – PPD/PSD – Vereadora.-----  
----- Declarada aberta a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia de trinta de Abril, de imediato, e antes de dar início ao período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao Plenário dos pedidos de substituição apresentados pelos Senhores Deputados Manuel Maria Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, António Rafael das Neves Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e Joaquim Moreira da Cruz, também do Grupo Municipal do PPD/PSD, e Presidente da Junta de Freguesia de Paredes do Bairro. Informou, ainda, que os Senhores Deputados tinham igualmente solicitado a sua substituição, respectivamente, por Isabel Cristina da Silva Gonçalves, Armando Henriques Pereira e Amândio Marinho de Barros Silvestre.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Seguidamente, e depois de relembrar os assuntos constantes da ordem de trabalhos para a sessão entretanto iniciada, deu início ao período de antes da ordem do dia, nomeadamente ao seu primeiro ponto: "Apreciação e votação da acta número duzentos e oitenta, nos termos da alínea a) do nº 1 do Artigo 34.º, do RAMA".-----

----- Não tendo havido lugar a qualquer pedido de intervenção no período de discussão da acta número duzentos e oitenta, respeitante à sessão ordinária de vinte e oito de Fevereiro de dois mil e onze, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao processo de votação da sobredita acta, do qual resultou a sua aprovação por maioria, com vinte e nove votos a favor dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular e do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, e quatro abstenções, dos Senhores Deputados que não estiveram presentes na sessão a que a acta diz respeito, e com a ausência na sala dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidentes, respectivamente, da Junta de Freguesia de Ancas e da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, Arménio de Almeida Cerca e Manuel Baptista Veiga, e da Senhora Deputada do Grupo Municipal do PS, Mónica Rita Pimenta Lousado.-----

----- Aprovada a acta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu continuidade ao período de antes da ordem do dia: "Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA".-----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do GM do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes, passou a apresentar, em nome do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, uma Moção/Proposta de Recomendação relativamente à "Avaliação do Cumprimento do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional no Município de Anadia", com o seguinte teor:-----

----- "Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia. Considerando que:-

----- 1) No âmbito do Processo de Inspecção n.º AA/00008/10, efectuado ao Município de Anadia pela Inspecção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, foi elaborado o relatório final, que é já do conhecimento público, constituído pela Avaliação do Cumprimento do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional no Município de Anadia.-----

----- 2) Do despacho do Inspector-Geral consta, no ponto cinco, que os factos apurados levaram os inspectores a escrever, de uma forma muito clara e directa, ser legítimo concluir estarmos perante um caso em que a Câmara Municipal se demite de aplicar o direito a que está obrigada, desobrigando-se de repor a legalidade urbanística, protelando-a com fundamento na revisão do PDM em curso, e com isto, demonstrando complacência para com as operações urbanísticas concretizadas à revelia da lei.-----

----- 3) Das mais de três dezenas de ilegalidades urbanísticas gravíssimas, nomeamos a situação número onze, que se reporta ao Campo de Golfe da Curia, que foi licenciado pela



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara Municipal à revelia do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional e encontra-se, segundo entendemos, em funcionamento sem licença de utilização. Acresce a impossibilidade de compatibilidade do edifício de apoio ao campo de golfe – Clube House – com o Regime Jurídico da REN, construído sem licença para o efeito.

----- 4) A ligação das edificações ilegais, pelos SMAS de Anadia, à rede pública de águas e saneamento, numa situação de clara conivência com a ilicitude existente no território, que se traduz, manifestamente, num duplo benefício para o infractor, uma vez que, para além de não sofrer qualquer penalização pela prática do ilícito, também não paga os encargos decorrentes daquela infra-estruturação.

----- 5) No relatório, os Inspectores concluem forçosamente que a excepcionalidade que orienta o processo de legalização não se verifica na avaliação desenvolvida pelo IGAOT, na medida em que aquele procedimento do Município de Anadia parece ser a regra e não a excepção. Os argumentos invocados pela Câmara Municipal, dizem, são criticáveis, porquanto demonstram estar ciente de que a legalização legitimará a ocupação, ou seja, a ilegalidade, apostando na política do facto consumado e confiando na inérvia fiscalizadora da Administração.

----- 6) Assim, a Inspecção diz ser fundamental: a) Garantir que a CCDR Centro, a ARH do Centro, IP e a Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional, em sede de reapreciação da proposta de delimitação da REN em curso, assegurem que as exclusões propostas não sejam concebidas como meio de possibilitar a legalização de obras clandestinas, em detrimento daquele bem que reveste um interesse inequivocamente nacional; b) A manter-se o sentido desfavorável às exclusões das áreas nas quais foram realizadas as operações urbanísticas, deve a CCDR Centro ser instruída no sentido de dar pleno uso às competências próprias e para cumprir os deveres que lhe estão legalmente cominados, promovendo as diligências necessárias à reposição da legalidade violada, em cumprimento do estipulado no Regime Jurídico da REN, mormente o convencionado no Artigo trinta e nove daquele regime legal.

----- 7) Menciona ainda, que há motivos para que se averigüe da actuação dos órgãos autárquicos do Município de Anadia: em concreto, o facto do Município, para além de desprovido de qualquer controlo preventivo no domínio da fiscalização, com a afectação de apenas um funcionário àqueles serviços, não sancionar nem aplicar as medidas de tutela de legalidade urbanística ou o controlo do seu cumprimento. E, nesta perspectiva, incumbe à Inspecção-Geral da Administração Local realizar a competente investigação e propõe a respectiva promoção, junto dos Serviços do Ministério Público do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro.

----- Os Deputados Municipais do CDS-Partido Popular, além de reprovarem todos os actos praticados pela Câmara Municipal, que causaram e continuam a causar, por sua culpa, graves prejuízos ao erário público municipal, propõem que a Assembleia Municipal de Anadia recomende à Câmara Municipal de Anadia, atendendo à gravidade do Relatório da Inspecção, que sejam criadas as condições para que os munícipes (pessoas singulares ou colectivas), que se deixaram arrastar ou foram arrastados para situações de ilegalidade, se possam defender.”--



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Continuando a sua intervenção, o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco passou também a apresentar uma pergunta/requerimento relativamente ao "Centro Cultural de Anadia - Vale Santo", com o seguinte teor:-----

----- "Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia. Considerando que:-

----- 1) O problema já não é de agora e reflecte a falta de visão estratégica, por parte do executivo, no que diz respeito à construção de equipamentos públicos.-----

----- 2) Com efeito, o Centro Cultural de Anadia mais não é do que um edifício subaproveitado, senão mesmo desocupado, de portas fechadas para a cultura e para qualquer cidadão que a ele queira ter acesso. É um edifício deixado ao abandono!-----

----- 3) Atrás desta atitude inaceitável, veio o vandalismo, tornando um local que deveria fomentar a cultura, num local que fomenta a marginalidade, aliás em exponencial ascensão no concelho de Anadia.-----

----- 4) O Centro Cultural de Anadia, apesar das avultadas quantias gastas para a sua construção, está a degradar-se a olhos vistos e a uma velocidade vertiginosa (por culpa exclusiva da Câmara Municipal de Anadia), basta olhar para a pintura, ou o que resta dela, para os equipamentos estragados e para as infiltrações de água que existem dentro do Centro e que até hoje não foram resolvidas (é verdade, chove dentro do Centro!).-----

----- 5) O Centro Cultural de Anadia é sem dúvida um dos muitos edifícios subaproveitados pela Câmara Municipal e que poderia ser destinado para serviços que se pretendem instalar em novas infra-estruturas, que mais não são que um esbanjamento de dinheiro público.-----

----- Os Deputados Municipais do CDS-Partido Popular requerem a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que a Câmara Municipal de Anadia os informe, por escrito e dentro dos prazos legalmente estabelecidos:-----

----- Que medidas estão a ser tomadas para a resolução urgente desta situação?"-----

----- Num terceiro ponto, e usufruindo de tempo cedido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, que desde logo o Senhor Deputado agradeceu, passou a apresentar uma outra pergunta/requerimento relativamente ao "Monte Crasto", com o seguinte teor:-----

----- "Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia. Considerando que:-

----- 1) O problema já se arrasta há vários anos, tendo sido feito, inclusivamente, investimento por particulares, no parque infantil que ladeia o cemitério e a capela no Monte Crasto.-----

----- 2) No entanto, por inércia do executivo, o respectivo parque mais não é do que um depósito de lixo, com todos os equipamentos já obsoletos.-----

----- 3) Atrás desta atitude inaceitável, veio o vandalismo, tanto no cemitério, como na capela, tornando um local que num passado recente era aprazível, numa espécie de beco mórbido, onde poucos se atrevem a entrar de dia, quanto mais de noite.-----

----- 4) Acresce que, em toda a cidade de Anadia não existe um único local que seja para as crianças poderem brincar.-----

----- Os Deputados Municipais do CDS-Partido Popular requerem a Vossa Excelência, nos termos



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

regimentais, que a Câmara Municipal de Anadia os informe, por escrito e dentro dos prazos legalmente estabelecidos:-----

----- Que medidas estão a ser tomadas para a resolução urgente desta situação?"-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal depois de cumprimentar os presentes, começou por responder às questões levantadas pelo Senhor Deputado. Sobre o relatório da IGAOT, começou por confirmar a sua existência, mas não deixou de destacar o facto de se tratar apenas de um relatório, porquanto a IGAOT ainda não tem poderes para condenar, frisando que depois o Tribunal, ou o DIAP, é que vai verificar da gravidade da acusação. Salientou, também, que as recomendações adiantadas no relatório já estavam a ser postas em prática.-----

----- Não pretendendo falar do assunto, por se tratar de um assunto de justiça e por ter consciênciada responsabilidade que recai sobre o Presidente da Câmara na procura de solução para os problemas do Município de Anadia, referiu apenas que, de tudo o que tinha sido enumerado pelo Senhor Deputado, tinha três casos para averiguação.-----

----- Entretanto, não deixou de lamentar o facto de Deputados condecorados das matérias, e que trabalham, acusarem o Presidente da Câmara Municipal por infringir o Regime Jurídico da REN, quando lhe parecia mais lógico acusar as pessoas que fazem projectos para entregar na Câmara, mas que a Câmara não recebe, para pessoas que têm necessidade de construir. Essa sim, reconheceu ser uma situação que o preocupava e não as acusações feitas pela IGAOT.-----

----- Aproveitou a oportunidade para comentar uma declaração recente, feita pelo o Senhor Deputado que tinha acabado de intervir, quando foi investido como Presidente da Comissão Política, a atirar-se ao Presidente da Câmara e aos cidadãos interessados no desenvolvimento de Anadia, dizendo que a Câmara Municipal fez uma Hasta Pública e que a mesma não podia ser feita. Curiosamente, acrescentou, lêem tudo o que lhes interessa, mas não leram o Despacho do Tribunal Administrativo, que tinha em sua posse, mas que, para o obter, o Senhor Deputado teria de o solicitar por escrito, para pedir desculpa a todas as pessoas que tinha tentado impedir que viessem comprar.-----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Câmara Municipal aproveitou, igualmente, para dar a conhecer aos Senhores Deputados, e a outros, que não sendo Deputados, participaram de forma activa ou passiva em denúncias contínuas ao Presidente da Câmara, com factos anónimos, mas que, apesar de serem anónimos, não levaram a que a Judiciária, ou o DIAP, se enganassem muito quando foram fazer a investigação, porquanto se dirigiram claramente a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, quiseram pôr em cheque a pessoa do Prof. Litério Augusto Marques. Mas, o caricato da situação, comentou, foi que quando as pessoas foram chamadas a esclarecer as denúncias junto do Tribunal, ou não sabiam onde tinham arquivado as cartas anónimas, ou não se lembravam de quem tinha assinado (as que eram



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assinadas), numa clara atitude de lançar atoardas, sem assumir qualquer responsabilidade, porque quando são chamadas a assumir essa responsabilidade, não são capazes de responder.----- Referindo-se em particular ao caso do processo da inscrição de funcionários como militantes do PSD, que também teve por base cartas anónimas, e o qual resultou igualmente, à semelhança dos anteriores, no arquivamento de todas as acusações feitas ao Presidente da Câmara Municipal, recordou que o mesmo tinha um Presidente de Junta envolvido. Então, informou que no final do processo, os visados, comunicação social incluída (alguma que serviu de testemunha para esse tipo de acusações, por colaborar no anonimato), foram chamados e um ilustre Presidente de Junta de então, com outros comparsas, acusaram o Presidente da Câmara de forçar os funcionários da Câmara a militarem-se no PSD. Uma vez mais, lamentou o facto de, quando chamados à responsabilidade, negarem ter visto, numa clara atitude falta de coragem para assumir as acusações feitas, e que considerou ainda mais grave por ser tomada por pessoas que reúnem em Assembleia. Chegou mesmo a comentar, quantas cartas anónimas teriam passado pela Assembleia Municipal, no anterior mandato, que provavelmente foram escritas pelos mesmos que as leram.-----

----- Reforçando tratar-se de uma situação muito grave, referiu que apesar de tudo, o Presidente da Câmara viu muitos dos processos instaurados pelos tais amigos do concelho serem arquivados, que comentou serem mais amigos deles próprios, porque tudo não passava de uma guerrinha que travavam para o tirarem de Presidente da Câmara.-----

----- Assim, e para não preocupar o Senhor Deputado Rui Marinha, que na altura lhe tinha pedido explicações sobre o assunto, mas que, por estar impedido para o fazer, não lhas tinha podido dar, esclareceu não ter sido o partido do Senhor Deputado o responsável pela situação, mas antes o do próprio Presidente da Câmara, e outros. A terminar o assunto, deu a conhecer que por acaso uma pessoa do Partido Socialista tinha entrado nas investigações, mas esclareceu que a mesma tinha sido muito clara, declarando que se tinha limitado a fazer um artigo meramente de opinião para a comunicação social, reconhecendo nunca ter acusado quem quer que fosse. Ao contrário de outros que não se lembravam de ter acusado, e isso é lamentável, rematou.-----

----- Retomando a resposta ao Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, destacou o facto de, ao contrário dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Presidente da Câmara defender o interesse municipal, que está à prova no seu trabalho, no trabalho dos Presidentes de Junta e de todos aqueles que de boa fé querem que Anadia avance no caminho do progresso. Os Senhores Deputados do CDS-Partido Popular, por outro lado, apresentam-se em cima de montes de entulho, apresentam-se nas zonas florestadas e são muitas vezes coniventes nas denúncias anónimas (porque, às vezes, lá ficam na fotografia e todos ficam a saber).-----

----- Disse, também, que o prejuízo não estava no Vale Santo não ser cuidado, o prejuízo estaria se o Presidente da Câmara lá fosse cortar um sobreiro, que ninguém plantou, como toda



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a gente saberia, e em especial quem tinha vinhas, porque bastava esperar uns anos para lá ver um montado. Mas, referiu que o interessante da questão residia no facto de a IGAOT ter mais credibilidade que o Presidente da Câmara, a IGAOT que devia fazer um papel de inspecção, e que o fez, mas uma inspecção já a acusar, quando quem acusa é o Tribunal. Até lhe parecia - lamentou -, que o Presidente da Câmara já estava à partida condenado pelo tal relatório.

----- Contou, então, o que considerou o episódio mais triste de prejuízo: o caso dos sobreiros da Zona Industrial de Vilarinho do Bairro, instaurado pela Quercus ao serviço, ou em parceria com inimigos do Município, não do Presidente da Câmara, porque, como referiu, não têm classe, porque se tivessem, com todas as certezas com que o acusam, já estaria preso. Então, lamentou o facto de a comunicação social, que em tempos tinha escrito um artigo sobre cartas pouco simpáticas para o Presidente da Câmara, mas que não as podiam publicar (apesar de querem), daquela vez, alguém dessa comunicação social ter utilizado documentos próprios para atacar o Presidente da Câmara.

----- Ainda sobre o episódio dos sobreiros, constatou uma verdade que também chamou de lamentável: num processo instaurado pela Quercus contra o Ministério da Agricultura, ou melhor, contra a Associação Florestal Nacional, e a Câmara Municipal, onde o Presidente da Câmara aparece na qualidade de contra-interessado (porque já não se atreveram a atacá-lo directamente), e onde se dizia que o Presidente da Câmara tinha arrancado sobreiros, a Quercus encomendou estudos a empresas ("Caule", "Geoterra") e condenaram o Presidente da Câmara e, naturalmente, o Ministério da Agricultura, de tal ordem, que impugnaram uma licença à Câmara Municipal de Anadia porque tinha sido mal emitida pela Associação Florestal Nacional. Um processo que mereceu o recurso por parte do Ministério da Agricultura.

----- Em jeito de conclusão, constatou haver um sentido derrotista contra o desenvolvimento local, porquanto as pessoas só encontram problema no que é feito pela Câmara, ou pelo Presidente, tudo o que os outros fazem não há problema. E, estas pessoas, ou são muito novas e ainda não aprenderam a defender a sua terra, ou naturalmente estão mal intencionadas. Nessa conformidade, aconselhou essas pessoas a mudarem de atitude porque, apesar de tudo o que tinha sido dito (que eram povoamentos, que eram montados), uma vez tudo opinava para Anadia, mas não opinaram o que deviam opinar, para proporcionar a Anadia outras condições em termos de ordenamento do território, o próprio Tribunal deu razão à Câmara.

----- A concluir, passou a ler o que o Tribunal determinava: "E não tendo incorrido em tal erro, fez uma correcta aplicação das normas insertas no regime legal da protecção de sobreiros, ao não sujeitar a emissão de autorização administrativa para o seu corte ou arranque ao condicionalismo previsto no artigo terceiro, números três e quatro, já que só o corte ou o arranque de sobreiros em povoamento a eles se encontra sujeito, o que não era o caso." E a decisão: "Nos termos e com os fundamentos acima expostos, julga-se a presente acção totalmente improcedente, não se anulando o acto administrativo aqui impugnado."

----- Com aquele decisão, a Câmara tinha, assim, um documento legal, referiu. Mas não deixou



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de destacar o mais interessante da questão, e a razão pela qual todo o processo se desenrolava daquela forma: as custas do processo eram da responsabilidade da autora Quercus, sem prejuízo da isenção de que beneficia. O mesmo que dizer que a Quercus poderia levar mil e um problema a Tribunal que nada pagaria e a Câmara, nem que levasse só um, pagava bem, o que espelhava um País realmente equilibrado.

----- A terminar, lamentou o facto de o Senhor Deputado que chamava a atenção da Câmara Municipal por ter realizado uma Hasta Pública de um território que estava impedido pelo Tribunal, não ter tido acesso àquela decisão, porque, atendendo a que sabia muito bem ler e trabalhar muito, faltou-lhe fazer o resto, faltou-lhe documentar-se.

----- Antes de dar continuidade ao período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário de que, com a chegada da Senhora Deputada do GM do PS, Mónica Lousado, e do Senhor Deputado do GM do PPD/PSD, Arménio Cerca, a partir das nove horas e trinta minutos, a Assembleia tinha presentes todos os seus Deputados.

----- Para uma nova intervenção, então, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Fernando Fernandes, do GM do PPD/PSD. O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes, e relativamente à intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, relativamente ao Monte Crasto, elucidou que o Monte Crasto, em sua opinião, é um dos locais mais sensíveis da freguesia de Arcos. Nesse sentido, considerou que quando alguém falar do Monte Crasto, pelo menos, deve conhecer o seu perfume.

----- Esclareceu, então, que o Monte Crasto se encontra selvagem mas limpo, pelo menos de lixo humano, porquanto a Junta de Freguesia, todas as semanas, disponibiliza pessoas para procederem à limpeza do Monte Crasto. Referiu, também, que lá existia um pretenso parque infantil, que estava completamente ilegal, na medida em que se tratava de apetrechos instalados por um município. Acrescentou que a Junta de Freguesia tentou falar com esse município para deixar de instalar aqueles aparelhos por serem ilegais, e porem em risco a segurança das crianças, mas foi aconselhada por alguém a não interferir por se tratar de uma pessoa com alguma idade.

----- A concluir, reconheceu que a única coisa que a Junta não tinha conseguido acabar era com o vandalismo no Monte Crasto. Mas rematou tratar-se de um problema não acontecia apenas no Monte Crasto, acontecia em outras partes da freguesia, do concelho e do próprio País.

----- Dando seguimento ao período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU. Cumprimentados os presentes, o Senhor Deputado Municipal começou por interpelar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal relativamente ao anúncio feito à comunicação social de que as comemorações do 25 de Abril tinham sido suspensas em Anadia, por unanimidade. Nessa conformidade, o Senhor Deputado referiu que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal emitiu um erro e, portanto, não lhe perdoava a forma como tinha comunicado à população.

----- Sobre a matéria, referiu, ainda, que em reunião de líderes tinha ficado assente que a



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

representante do PSD e o representante do CDS estariam de acordo em não se celebrarem as comemorações do 25 de Abril com desfile e cerimónia nesta Assembleia. Já o Deputado da CDU estava de acordo em não se realizar o desfile público, mas disse que seria sempre desejável a cerimónia em data a anunciar pelo Senhor Presidente para se realizar na Assembleia Municipal, o que, concluiu, não tinha feito pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para além de ter emitido uma opinião errada.

----- Relativamente à interpelação feita pelo Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a esclarecer o seguinte: primeiro, que agradecia que o Senhor Deputado fizesse o favor de entregar o meio de comunicação social onde leu o que tinha acabado de dizer; segundo, que agradecia que aguardasse pela acta da conferência de líderes, porque não ia dizer que o Senhor estava a faltar à verdade, mas depois de a acta ser distribuída por todos, veriam de que lado estava a verdade. Pediu, ainda, ao Senhor Deputado, para respeitar o Presidente da Assembleia Municipal e para, mais uma vez, e à semelhança do que tinha feito a outros Grupos Municipais, fazer o favor de quando utilizasse a personalidade do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o fazer de uma forma justificada por documentos. A finalizar, disse ainda não ter memória de ter dado qualquer entrevista sobre o 25 de Abril, nem de ter dito nada do que o Senhor Deputado tinha dito.

----- Concluído o esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais para continuar a sua intervenção. O Senhor Deputado aproveitou, igualmente, para responder ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, começando por dizer que não precisariam da acta da conferência de líderes, porquanto bastava ouvirem a gravação do anúncio que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tinha feito no final da anterior sessão da Assembleia Municipal. Assim, referiu que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tinha comunicado ao Plenário que, por unanimidade, não se realizariam as cerimónias do 25 de Abril, o que, aliás, deveria estar registado em gravação.

----- Entretanto, pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para o esclarecer sobre declarações recentes da responsável da área da saúde no Baixo Vouga sobre a consulta aberta em Anadia, que levantou um véu para o início do mês de Maio. Sobre a matéria, recordou algumas perturbações que tinham acontecido durante o mês de Abril, pelo que aproveitou para fazer uma crítica ao quadro clínico, por pensar que o quadro clínico, no momento, se limitava a atender os doentes a contra-relógio. Avançou, mesmo, haver doentes que eram atendidos em menos de um minuto, pelo que se indagava como seria possível um quadro clínico prestar uma consulta em um minuto, tendo concluído tratar-se de uma situação grave para a população do concelho.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu o Senhor Deputado Municipal para referir que o Senhor Deputado estava a colocar uma questão clínica ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que não é médico nem teria que responder sobre esses assuntos.

----- Aproveitou, também, para recordar ao Senhor Deputado que tinha acabado de aprovar



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma acta que dizia, e passou a ler: "Antes de dar por encerrado o período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao Plenário que, resultado de uma reunião havida entre a Mesa da Assembleia e os líderes dos Grupos Municipais, tinha sido entendimento...". Esclareceu, assim, que em momento algum é referido se o assunto foi aprovado por maioria ou por unanimidade, pelo que pedia ao Senhor Deputado para ter atenção ao que aprovava.

----- Disse, ainda, ao Senhor Deputado João Morais que não admitia as acusações que tinha feito um pouco antes, acrescentando, também, que o Senhor Deputado fazia parte da Assembleia Municipal de acordo com um pressuposto que o Senhor Deputado tinha assinado no dia da tomada de posse que tinha a ver os princípios de honestidade e lealdade e com o Regimento. Como tal, pediu uma vez mais ao Senhor Deputado para ter atenção às palavras que utilizava.

----- Retomada a palavra, o Senhor Deputado João Morais declarou não se intimidar com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, até porque a sua participação na Assembleia Municipal era devida ao 25 de Abril. Disse, ainda, que era também graças ao 25 de Abril que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tinha ocupado o seu posto.

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a interromper o Senhor Deputado João Morais para esclarecer que as intervenções dos Senhores Deputados Municipais, de acordo com o Artigo trigésimo quarto do Regimento da Assembleia Municipal, nada tinham a ver com o que o Senhor Deputado se encontrava a fazer. Nessa conformidade, informou o Senhor Deputado das duas opções de que dispunha: ou pretendia intervir de acordo com o Artigo trigésimo quarto, e, nesse caso, conceder-lhe-ia a palavra; ou cancelar-lhe-ia a palavra, nesta última, correndo o risco de o Senhor Deputado lhe chamar o que quisesse ou, inclusivamente, de o levar a Tribunal.

----- Acrescentou, ainda, que o Senhor Deputado, assim como todos os demais, estavam na Assembleia porque tinham votado neles, pelo que todos se encontravam ao mesmo nível. E esclareceu que ninguém intimidava ninguém, tendo pedido ao Senhor Deputado para lhe dizer quando e se praticasse algum acto em desconformidade com o Regimento da Assembleia ou a própria Lei.

----- Referiu, também, que o Senhor Deputado tinha mentido, quando, pouco antes, o tinha acusado de ter dito o que referiu, e avisou mesmo o Senhor Deputado que não lhe admitia mentir em plena Assembleia, por se tratar do lugar mais importante do concelho de Anadia. Portanto, pediu-lhe para não intimidar as pessoas.

----- Aproveitou, ainda, para referir que se o Senhor Deputado tanto queria celebrar o 25 de Abril, por que motivo não tinha aparecido na cerimónia que tinha sido feita para o 25 de Abril, e perguntou, mesmo, se não seria por essa reunião não ter senha de presença? A concluir, pediu para não brincarem com assuntos sérios, e afirmou que a Assembleia tinha decidido uma



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cerimónia e tinha tido uma cerimónia do 25 de Abril, ainda que pudesse não ter sido a desejada pelo Senhor Deputado João Morais.

Depois de o Senhor Deputado João Morais ter declarado que a sua intervenção seria formalizada nos termos do Artigo trigésimo quarto do RAMA, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu-lhe novamente a palavra. O Senhor Deputado, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, lembrou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha prometido para Sangalhos dois parques de estacionamento, um dos quais em frente à Pastelaria Doce. Constatando que lá não existe qualquer parque, mas antes um silvado, perguntou, então, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se mencionava iniciar o parque e aproveitou para apresentar um pedido, da parte dos moradores próximo daquele local, para que a Câmara interceda junto do proprietário para proceder ao corte do silvado, atendendo à aproximação do Verão.

A terminar a sua intervenção, perguntou, também, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se já teria conhecimento de quais as escolas do concelho que iriam encerrar, considerando estar previsto o encerramento de mais escolas no concelho de Anadia.

Para responder à interpelação do Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por informar o Senhor Deputado que a Câmara Municipal se encontra a trabalhar, tem prazos para realizar as obras e tem de arranjar os respectivos financiamentos. Enquanto não arranjar, vai dando espaço ao Senhor Deputado João Morais para ir reclamando, como vem fazendo, ao contrário de aparecer junto dos moradores e dos proprietários para os sensibilizar no sentido de poderem participar num bem para a sua terra.

Quanto ao corte do silvado, comparou as pessoas que o Senhor Deputado tinha enumerado às pessoas de que um pouco antes falava sobre o relatório do Tribunal, com lapsos de memória sobre quem tinha dito ou feito. Mas, adiantou que essas pessoas não necessitavam de mensageiros, porquanto tinham legitimidade para apresentar os seus pedidos junto da Câmara e poderiam organizar-se e comunicar à instituição instalada, que tanto a Câmara como a Assembleia Municipal estavam sempre abertas. Os pedidos, quando muito, concluiu, poderiam ser utilizados pelo Senhor Deputado como denúncia de situações que se encontravam por fazer, ou que estavam mal feitas.

Quanto ao encerramento das escolas, informou o Senhor Deputado de que a Câmara Municipal de Anadia, até àquele momento, não tinha qualquer conhecimento, pelo que não iria falar de situações hipotéticas.

Sobre a questão da Consulta Aberta, abordada pelo Senhor Deputado, recordou não ter passado muito tempo em que tinha havido um assomo de alguma vontade de fazer as célebres manifestações, mas não tinha visto, nem o Senhor Deputado, nem a outra pessoa que liderou o problema da Consulta Aberta no Hospital José Luciano de Castro, na manifestação, talvez por



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vergonha de não terem qualquer aderente.

----- Relativamente à questão do minuto de atendimento a cada paciente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal aconselhou o Senhor Deputado a comunicar às entidades competentes (Autoridade Nacional para a Saúde), na medida em que, tanto ele, como a Câmara Municipal, ou mesmo a Assembleia Municipal, nada tinham a ver com a questão, nomeadamente com o tempo que o médico leva a consultar um paciente. Mas, comentou, tratar-se dos tais exageros que são prática e que levaram o País à situação em que se encontra, por ninguém assumir, com responsabilidade, aquilo para que verdadeiramente a democracia os investe em altura de eleições.

----- Portanto, e a concluir, referiu que aquelas respostas pretendidas deveriam ser solicitadas por escrito para não perderem tempo durante a sessão da Assembleia com questões de menor importância, quando o podem usar para responder às questões verdadeiramente importantes, que iriam com certeza ser colocadas pelos Senhores Deputados.

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Lúcia Cerca, do GM do PS.

----- Depois de cumprimentar os presentes, a Senhora Deputada dirigiu uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a transferência de serviços dos Correios (CTT), ou Portugal Telecom, para as Juntas de Freguesia, nomeadamente Sangalhos, entre outras freguesias que serão objecto do mesmo processo. Assim, perguntou da disponibilidade do Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecer a situação, a ter conhecimento dela, ou por contacto pessoal, ou por presença em reunião com as entidades competentes desse sector, uma vez que as palpitacões das populações, e dela própria, indicavam que essa transferência iria ser feita em horário reduzido. Tal medida implicaria que muitos serviços que foram sendo prestados ao longo dos anos naquelas instituições, com certeza que em horário reduzido, e com os mesmos funcionários das Juntas de Freguesia, deixariam de ser prestados às populações. Para tal, solicitou o esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara, no caso de ter esse conhecimento.

----- Para responder à intervenção formalizada pela Senhora Deputada Lúcia Cerca, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por reconhecer tratar-se de uma situação que preocupa Sangalhos, e que já tinha acontecido em outras freguesias do concelho. No entanto, pediu à Senhora Deputada para se informar junto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, porquanto os CTT's nem sequer falam com a Câmara Municipal, pelo que caberá à Junta de Freguesia, se assim o entender, negociar. Apesar de informar tratar-se de uma questão que o ultrapassa, adiantou, no entanto, que em alguns casos onde aconteceram transferências, os resultados foram positivos, não deixando, também, de ressalvar que pode não deixar de ser um encargo para uma freguesia, e em especial, para aquelas em que os protocolos que são assinados não são tão bem negociados.



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Não obstante, também referiu que sendo Sangalhos uma grande urbe, poderá conseguir arranjar facturação de sustentabilidade, sublinhando não pretender imiscuir-se na questão, uma vez que essa responsabilidade é cometida à Junta de Freguesia.-----

----- A terminar, referiu, ainda, estar convencido que aquela Autarquia terá a capacidade de encontrar, de uma forma ou de forma, e imperando o bom senso, uma solução aceitável para que Sangalhos não venha a perder um serviço extremamente necessário à freguesia.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado do GM do PPD/PSD, e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos, António Floro.-----

----- O Senhor Deputado, de pois de cumprimentar os presentes, naquela que era a sua primeira intervenção da sessão, passou a esclarecer o que se tinha passado até então, relativamente à questão levantada pela Senhora Deputada Lúcia Cerca sobre os CTT's. Assim, começou por informar que três representantes dos CTT's tinham solicitado a realização de uma reunião com a Junta de Freguesia de Sangalhos. Nessa reunião, esses representantes explicaram a situação ao Executivo da Junta, tendo informado que o Governo, como principal accionista dos CTT, tinha decidido reduzir a despesa dos CTT em quinze porcento, no ano de dois mil e onze, pelo que uma das políticas dessa redução seria encerrar os estabelecimentos dos CTT's que existem nos concelhos.-----

----- Continuando, o Senhor Deputado informou tratar-se, segundo as explicações dadas por aqueles três representantes na sobredita reunião, de uma medida a implementar a nível nacional, acrescentando que uma das políticas será manter uma estação de correios por concelho, sendo que no caso do concelho de Anadia seria mantida a estação de Anadia, como sede, com o apoio que seria prestado pelas Juntas de Freguesia. Adiantou, ainda, que esse apoio seria prestado pelas Juntas, no caso de as mesmas aceitarem, porque, em contrário, os responsáveis procurariam esse apoio junto de particulares, o que o Senhor Deputado comentou tratar-se de uma medida que seria muito negativa.-----

----- O Senhor Deputado referiu, então, que depois de lhes ter sido apresentado o problema, de imediato foi convocada uma Assembleia de Freguesia para esclarecer toda a população, Assembleia que disse ter sido bastante participada, na qual prestou os devidos esclarecimentos à população, e resultado da qual o Executivo obteve o apoio dos Deputados. Nessa conformidade, informou que o Executivo marcou entretanto uma sessão de esclarecimento ao público, com a participação dos responsáveis dos CTT, esta não tão participada como a sessão da Assembleia de Freguesia. Consequentemente, depois dos esclarecimentos prestados pelos responsáveis, voltou a agendar uma reunião com os mesmos, para no dia três de Maio tentarem definir as condições, porque, adiantou, o Executivo não aceitou o que tinha sido inicialmente proposto (quinhentos e dez euros por mês), por considerar um valor diminuto, quando comparado com a despesa que os CTT têm actualmente.-----

----- Assim, a terminar, informou que o Executivo se encontra em período de negociação, após



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o qual, provavelmente, convocará uma Assembleia extraordinária para explicar a situação e, depois, ser aprovado o protocolo.

Para uma segunda intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Deputado perguntou qual o motivo, uma vez construído o Velódromo, e estando felizmente a ser utilizado em vários eventos, para não estar a ser dada a maioria desses eventos à população do concelho, bem como dos concelhos vizinhos. Isso, porque na realidade a obra está a ser actualizada, tem custos, que também são pagos por todos os contribuintes e, portanto, no futuro, a Autarquia, bem como a Junta de Freguesia de Sangalhos, poderiam ser mais prestáveis à população, divulgando esses eventos, o que nem ficaria assim tão caro à população. A concluir, referiu que a maioria das pessoas que frequenta o Velódromo, aquando da realização desses eventos, é de longe dos concelhos de Anadia e limítrofes e que, em conversa com essa população, lhe é perguntado se Anadia e a Freguesia de Sangalhos não gostam de desporto.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou, de imediato, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que respondeu ao Senhor Deputado com a sua última observação: será que o concelho de Anadia e Sangalhos não gostam de desporto?

Uma vez esgotado o tempo regimentalmente definido para o período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário da necessidade de passarem à votação, nos termos regimentais, de uma proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, a qual passou a ler:

"Os Deputados Municipais do CDS-PP, além de reprovarem todos os actos praticados pela Câmara Municipal, que causaram e continuam a causar, por sua culpa, graves prejuízos ao erário público municipal, propõem:

- Que a Assembleia Municipal de Anadia recomende à Câmara Municipal de Anadia, atendendo à gravidade do relatório da Inspecção, que sejam criadas as condições para que os munícipes, pessoas singulares ou colectivas, que se deixaram arrastar, ou foram arrastadas, para situações de ilegalidade, se possam defender."

Apresentada a recomendação proposta pelos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à sua votação. Decorrida a votação, anunciou que a sobredita recomendação tinha sido reprovada, com uma abstenção do Senhor Deputado do GM da CDU, João Morais, dois votos a favor dos Senhores Deputados do GM do CDS-Partido Popular, e trinta e três votos contra dos restantes Senhores Deputados presentes na sessão, respectivamente dos Grupos Municipais do PPD/PSD e do PS.

De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal chamou a atenção para o facto de a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-Partido Popular definir as pessoas que faziam parte



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

daquela bancada. E adiantou que se pudesse votar a proposta, teria de votar contra.

----- Entretanto, não deixou de comentar o facto de a Câmara Municipal, que estava a tentar resolver os problemas dos municípios de Anadia, e que tinha quase tudo resolvido, e iria resolver porque a razão se imporia, estava a ser acusada de dar prejuízo a esses municípios. Mas, adiantou, quem não queria ver os problemas resolvidos eram precisamente as pessoas que tinham estado no pedido apresentado pela Quercus, nos termos que passou a ler, relativamente à Zona Industrial do Paraimo:

----- "A suspensão imediata de todos e quaisquer trabalhos e actos de execução material em curso, seja do arranque de árvores, desmatação, movimento de terras, escavações, terraplanagem, depósito de entulho, arruamentos na Zona Ecológica Nacional. Existe ainda área de reserva ecológica nacional e de reserva agrícola nacional para proteger. É ainda possível reverter e evitar certas consequências de actos materiais já praticados."

----- Na imediata limpeza, remoção e reversão de resíduos, entulho, lixo, depósitos de materiais, tudo tóxico e não tóxico, etc..

----- Na imediata suspensão de instalação de indústria no loteamento industrial aprovado pelo requerido, mesmo nas zonas que não são REN e RAN, porquanto o Município não procedeu à realização das obras de infra-estruturas, em particular de saneamento básico, e não fez o estudo da AIA."

----- Sobre o estudo, informou que a Câmara Municipal tinha um documento da CCDR, onde era claramente dito não ser necessário. Adiantou, ainda, que no final havia um ponto que determinava que, dada a gravidade de natureza ambiental, o acusado teria de pagar dois mil e quinhentos euros diários, o acusado, ou seja, todos os municípios.

----- Informou, ainda, que o documento era subscrito, tinha como prova testemunhal: Domingos Patacho, a representar a Quercus; Alexandrina Pipa, a representar a Quercus; José Francisco Alves Lopes; Sérgio Soares Aidos; Arquitecto Nuno Moura Silva Ferreira de Almeida Pestana, a representar; João Alves Morais (vendeu o terreno e recebeu por ele); Engenheiro Sidónio Carvalho Cruz Ferreira Simões.

----- A Decisão/Despacho do Tribunal Administrativo: "Considerando os compromissos assumidos pelo requerido, nas anteriores cláusulas, primeira e segunda, a requerente Quercus desiste do pedido formulado pela presente providência cautelar, sua alínea c)." Apresentados os dados, o Senhor Presidente da Câmara Municipal comentou que aquelas pessoas, que prejudicavam o desenvolvimento do concelho (estão contra a Zona Industrial de Amoreira da Gândara, a Zona Industrial do Paraimo, e tudo), deveriam ser banidas de sítios como a Assembleia Municipal.

----- A terminar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse lidar com gente de todos os quadrantes políticos que procura construir. Aqueles, lamentavelmente, queriam destruir: o Senhor João Morais, o Senhor Sérgio Aidos, o Senhor Engenheiro Sidónio, nomes que constavam do documento, não tinha sido ele a nomeá-los.



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- No seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu trinta segundos ao Senhor Deputado Sidónio Carvalho, do GM do CDS-Partido Popular, para prestar um pequeno esclarecimento.-----

----- O Senhor Deputado esclareceu que o facto de o seu nome constar do documento, qualquer pessoa lá pode colocar o seu nome. Adiantou, entretanto, que já por várias vezes tinha ido a Tribunal servir de testemunha, de abonação e outra, sem sequer saber o que se estava a passar, assim como ainda há dias tinha ido fazer uma avaliação das Finanças sem saber que tinha sido nomeado. Portanto, reforçou que isso não queria dizer nada, porquanto qualquer pessoa, desde que saiba o seu nome, pode arrolá-lo como testemunha em qualquer processo e era obrigado a ir. Era esse o funcionamento do Tribunal, como o Senhor Presidente da Câmara saberia.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU.-----

----- O Senhor Deputado começou por afirmar não ser contra a Zona Industrial do Paraimo, ao contrário do que o Senhor Presidente da Câmara tinha dito, apenas gostaria que a mesma tivesse mais movimento.-----

----- Depois, sobre o facto de ter vendido um terreno e já ter recebido o dinheiro, esclareceu que desde a implantação da Zona Industrial do Paraimo, o terreno já era seu e tinha dado ordem verbal à Câmara para utilizar o terreno, sem qualquer garantia. E afirmou ter lá outro terreno também para ser para a Câmara, mas sem criar problemas à Câmara, ao contrário de outros proprietários.-----

----- Quanto ao facto de o seu nome constar do processo, afirmou que não se recusava a um pedido de uma autoridade. Então, explicou que tinham telefonado para sua casa, e a sua esposa tinha-se limitado a dar o seu nome completo, tendo-lhe, depois, pedido o número do bilhete de identidade para poder fornecer a quem lho tinha pedido, que, até àquela data, não sabia quem tinha sido. E adiantou que só naquela altura estava a tomar conhecimento de que o pedido tinha sido para constar de um processo contra a Câmara sobre a Zona Industrial do Paraimo.---

----- Portanto, referiu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal só iria conhecer a sua opinião, ou a sua posição, se o processo fosse a julgamento. Aí, sim, acrescentou, o Senhor Presidente da Câmara poderia tomar e ser contra o João Morais.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do GM do PS. O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes, passou a apresentar a seguinte declaração de voto, no âmbito da votação que tinha sido feita atrás:-----

----- "Em nome do Grupo Municipal do PS, lamento profundamente aquilo que se está aqui a passar, ou que se passou. Eu tenho esta Assembleia como um espaço onde nós democraticamente debatemos ideias e projectos para o concelho, e do concelho, com o sentido de o tornar cada vez maior, e o tornar cada vez melhor. E que seja cada vez melhor para todos



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nós, e para os nossos cidadãos, viver neste concelho. Eu recuso linearmente a ideia de transformar esta Assembleia num Tribunal. Eu não estou aqui para isso. E se é para isso que as pessoas querem transformar esta Assembleia, eu lamento profundamente, mas eu não vou assistir a isso. Esta Assembleia tem que continuar a ser um espaço onde nós democraticamente possamos debater as melhores ideias para o desenvolvimento do concelho, nunca transformar este espaço num Tribunal. Para isso, temos ali ao lado."-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado Municipal, Rui Marinha, e há muito esgotado o tempo destinado ao período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu, assim, por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- Prontamente, deu entrada no período da ordem do dia, para o que solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que procedesse à introdução do seu primeiro ponto: "Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)".-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que aquele ponto normalmente é suportado por uma informação, mais ou menos detalhada, da actividade realizada pela Câmara no período que medeia as sessões ordinárias da Assembleia Municipal e, como fala de muitas obras, seria discutível a opção tomada pelo Executivo relativamente a essas mesmas obras. Tratando-se de uma informação devidamente escalpelizada, solicitou a colaboração dos Senhores Deputados no caso de uma qualquer falha.-----

----- No entanto, não deixou de referir que a situação não vinha correndo tão bem, na parte que toca aos concursos para obras, porquanto a Câmara Municipal tinha visto alguns Vistos do Tribunal de Contas recusados, por utilizar uma regra determinada pelo Governo, que foi o chamado concurso público urgente, nomeadamente para a Zona Industrial de Vilarinho do Bairro, precisamente por causa de todos aqueles atrasos (três anos à espera de o Governo conseguir dar à Câmara um documento legalizado); para o Centro Escolar de Avelãs de Cima/Avelãs de Caminho. E, porque a Câmara assim tinha procedido para outros concursos, esperava uma resposta positiva, que não aconteceu, o que levou à paragem de algumas obras, porque, apesar de a lei possibilitar um mínimo de vinte e quatro horas para apresentação de propostas nesse tipo de procedimento, a Câmara Municipal num concurso deu seis dias para apresentação de propostas, e em outro deu dez dias.-----

----- Explicou, então, que apesar de a lei permitir, o Tribunal de Contas entendeu que não havia transparência no concurso, apesar de no concurso do Centro Escolar de Avelãs de Cima/Avelãs de Caminho, terem apresentado proposta doze ou treze concorrentes. Assim, reconheceu estranhar a Recusa de Visto pela resposta de falta de transparência, quando a Câmara nem sequer optou pelo procedimento de ajuste directo, também previsto na lei (no qual nem sequer há lugar a consulta, até um determinado montante), precisamente para seguir aquele que seria mais transparente, principalmente quando, entretanto, a Câmara recebeu do Tribunal de Contas



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- que indeferiu os outros -, a aprovação do concurso do Centro Escolar de Paredes do Bairro, lançado nos mesmos termos dos anteriores: "Informamos Vossa Excelência que relativamente ao assunto em epígrafe decorreu o prazo sem que tenha sido proferida qualquer decisão, pelo que o mesmo se deve considerar tacitamente visado." A resposta que deveria ter sido dada aos outros procedimentos, mas que não foi e, entretanto, a Câmara inicia novos procedimentos, que implicam novos anúncios, novas despesas, etc..-----

----- A concluir, referiu que as obras estavam aprovadas em termos de candidaturas, pelo que o Tribunal de Contas teria as aprovar, também, porque a razão estava do lado da Câmara. E, acrescentou, o Governo até tinha tentado fazer avançar o País, através de uma lei facilitadora para que os Fundos Comunitários se gastasse, mas, chegada a hora, o Tribunal de Contas, que nem é de nenhum Governo, justifica a recusa do Visto com falta de transparência e com o facto de a obra não ser assim tão urgente, para além de ter podido seguir a outra tramitação. Portanto, terminou, dizendo que as obras continuavam, com visto do Tribunal de Contas, tácito ou não tácito, e essa era a boa novidade e deixou, assim, à consideração dos Senhores Deputados a discussão o documento em apreciação, disponibilizando-se para o eventual esclarecimento de questões.-----

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do GM do PS, que disse pretender colocar duas questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Relativamente à empreitada Áreas de Acolhimento Empresarial da Zona Industrial de Vilarinho do Bairro, que não mereceu o visto do Tribunal de Contas, o Senhor Deputado disse que gostaria de saber quais as razões invocadas pelo Tribunal de Contas para não visar o contrato.-----

----- Sobre a questão da distribuição dos autocarros, referiu que lhe parecia existir alguma celeuma, ou, pelo menos, haveria pessoas insatisfeitas quanto à distribuição dos autocarros pelos diversos pretendentes, entenda-se Associações e outras entidades de carácter municipal. Nessa medida, pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para que se referisse a esse assunto, no sentido de esclarecer o que efectivamente se estaria a passar com os autocarros, atendendo a que existe um regulamento, que presumia continuar em vigor, o que o leva a considerar que a distribuição se trate de uma mera formalidade a cumprir, ficando sem perceber qual a celeuma na distribuição dos autocarros.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado Rui Marinha, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, dirigindo-se ao Senhor Deputado Rui Marinha, começou por responder à questão levantada pelo Senhor Deputado, relativamente à empreitada prevista para a Zona Industrial de Vilarinho do Bairro. Sobre essa questão, começou por



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esclarecer que o facto de à mesma não ter sido concedido o visto do Tribunal de Contas, nada tinha a ver com a providência cautelar apresentada pela Quercus. Informou, assim, que o Tribunal de Contas não concedeu o visto, por não considerar que aquelas obras pudessem beneficiar da lei da tal urgência. No entanto, adiantou que a sobredita lei tinha sido precisamente criada para os Fundos Comunitários, pelo que aquela empreitada se enquadraria, apesar de não ter sido esse o entendimento do Tribunal de Contas. Acrescentou, ainda, que a Câmara Municipal não reclamou, porque o tempo que despenderia com a reclamação, fez um concurso normal.

Sobre a questão da utilização dos autocarros, informou que nunca tanto autocarro foi cedido, por também a Câmara Municipal ter mais, como tem acontecido. O que acontecia era que, talvez por força da crise, ou por outras razões, as solicitações acontecem em maior número, o que torna mais difícil a sua distribuição, distribuição essa que informou estar cometida a um serviço da Câmara, que sempre que tem dúvidas, as soluções para as mesmas são amplamente discutidas, inclusivamente com o Presidente da Câmara.

Confirmou, ainda, a existência de um regulamento e, essencialmente, um relatório anual de utilização. Nessa conformidade, informou que a Câmara Municipal privilegia aquelas Associações que nunca utilizaram qualquer autocarro, também porque a Câmara não tem transporte para responder a todas as solicitações, e com a regularidade que são apresentadas, e tenta minimizar as necessidades das colectividades ou associações, precisamente por saber dos custos que teriam com uma contratação de uma empresa privada para efectuar o transporte.

Reconheceu, no entanto, que a preocupação das associações é partilhada pela Câmara Municipal, mas adiantou que a Câmara não tem resposta talvez melhor a dar. Assim, sugeriu a apresentação de algumas sugestões, disponibilizando-se para as atender, dentro do possível, na tentativa de melhorar o serviço, apesar de saber que o mesmo seria melhorado com a aquisição de mais dois autocarros, mas tal implicaria um grande aumento de despesa para a Autarquia.

Também explicou que a disponibilização dos autocarros às associações resulta num acréscimo de despesa para a Câmara, porquanto tem de haver lugar a pagamento de horas extraordinárias aos motoristas, uma vez que as solicitações, normalmente, são feitas para os fins-de-semana, que quando atingem um determinado montante, a Câmara deixa de poder pagar e têm de ser as associações a suportar essa despesa com o motorista. Acrescentou, também, que muitos são os pedidos de deslocações ao estrangeiro, que a Câmara não defere porque, para além de serem necessários dois motoristas para uma viagem dessas, iria retirar a possibilidade às associações instaladas no concelho de os utilizar. Nessas situações de pedidos para deslocações ao estrangeiro, adiantou, a terminar, que a Câmara Municipal, normalmente, atribui uma pequena verba como forma de colaborar nas despesas a realizar pelas associações.

Continuando o período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU.-----

----- O Senhor Deputado colocou algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Tendo em atenção a informação prestada pelo responsável dos Bombeiros Voluntários de Anadia, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se a Câmara tinha algum plano de apoio à Instituição no combate a incêndios para o próximo Verão, porque o responsável pelo quadro dos Bombeiros tinha dito que teria de pedir pessoal se não tivesse o apoio do Governo ou da Autarquia.-----

----- Também perguntou, uma vez mais, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, se a Câmara teria mais alguma informação sobre o PDM.-----

----- Por fim, e recorrendo ao que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dito há um ano atrás, aquando da aprovação do empréstimo, de que iria asfaltar a maioria das redes viárias do concelho, e atendendo a que as mesmas, em relação aos concelhos vizinhos, se encontram medíocres, e a que o Senhor Presidente tinha informado que no Inverno não poderia aplicar tapete, perguntou se, entretanto, com o levantamento do tempo, o Senhor Presidente da Câmara mantinha a intenção de repavimentar algumas vias municipais.-----

----- De seguida, e para responder às questões do Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o documento em apreciação era referente ao que tinha sido feito pela Câmara Municipal e não ao que iria ser feito pela Câmara Municipal. Assim, pediu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e até para estar mais à vontade para responder, se poderia incluir na ordem de trabalhos uma alínea sobre o que a Câmara Municipal iria fazer, que, naturalmente, responderia a isso.-----

----- Quanto ao Plano Municipal de Segurança, informou que o mesmo funciona, porquanto não eram ainda passados muito dias da reunião havida com as entidades competentes. Assim, reforçou que tudo funciona, de acordo com o que a lei impõe. Informou, também, o Senhor Deputado que poderia tentar saber quando essas reuniões têm lugar para a elas poder assistir e, inclusivamente, e se possível, apresentar sugestões, que até seria útil.-----

----- Sobre o PDM, disse nada ter para informar, lembrando que o que vem sendo feito encontra-se disponível on-line, no sítio da Câmara Municipal, pelo que seria uma questão de o Senhor Deputado fazer o acompanhamento.-----

----- Por fim, e relativamente à questão das vias, voltou a dizer que não discutiria o que a Câmara iria fazer, mas sim o que tinha feito.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal recordou os Senhores Deputados de que o que estava em observação na Assembleia, e que sempre tinha estado, era a apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do número um do Artigo Terceiro do RAMA, que dizia, efectivamente,



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

competir à Assembleia Municipal apreciar, em cada uma das suas sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município.

----- Não tendo havido qualquer outro pedido de intervenção no período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o mesmo por encerrado e passou a apresentar o ponto dois da mesma, *"Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do Município de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e dez, bem como apreciação do respectivo inventário do património, de acordo com o estabelecido na alínea c) do número dois do Artigo Terceiro do RAMA"*.

----- Finda a apresentação, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto.

----- O Senhor Presidente começou por recordar que as contas do Município eram apresentadas em dois documentos: a chamada prestação de contas e o documento do património, este último, um documento que vai sofrendo evolução, e que vai sendo construído dentro do regulamentarmente estabelecido, que tem vindo a ser melhorado através do tempo, e assim deve continuar a ser.

----- Sobre o documento de prestação de contas, que tinha sido antecipadamente discutido no Executivo e, como tal, os comentários feitos ao mesmo já eram amplamente conhecidos, disse pretender simplesmente dizer que as contas reflectiam uma gestão financeira sustentável, porque até tinham um saldo que alguém tinha comentado como sendo eleitoralista. Portanto, referiu que o documento em apreciação dava origem a uma discussão político-financeira.

----- Entretanto, passou a apresentar alguns esclarecimentos sobre o documento. Explicou que a Câmara Municipal de Anadia teve o cuidado de não gastar desmedidamente. Criou uma situação financeira que lhe permita suportar as partes que lhe competem suportar, perante os grandes desafios dos Fundos Comunitários, apesar de aqueles que não votaram favoravelmente o documento poderem ser do entendimento de que está tudo mal.

----- Referiu-se, então, a uma candidatura, entre várias, mas a uma em particular que deixava a maioria no Executivo bastante satisfeita e que iria permitir que o concelho, finalmente, tivesse uma cobertura de saneamento a noventa e cinco porcento, até porque não existia parte alguma do País em que fosse a cem porcento, as quotas exigidas era de noventa e cinco porcento. Portanto, informou que a Câmara Municipal iria ter essa cobertura e iria ter o dinheiro já para começar, até porque a despesa elegível, ou a despesa a suportar pela Câmara com o projecto não iria ser tão pouco assim, uma vez que nem tudo era elegível. A Câmara Municipal, acrescentou, terá de arranjar a sua comparticipação em relação aos onze milhões e meio de euros.

----- Destacou, assim, o facto de a Câmara Municipal de Anadia ter apresentado uma candidatura autónoma e de ter ganhou a aposta, aproveitando para lembrar as críticas que eram feitas, relativamente ao saneamento, de que a Câmara Municipal fazia uma administração quase ad-hoc. Continuando, referiu tratar-se de uma candidatura com a maior classificação em



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

termos de todas as candidaturas apresentadas ao POVT e acrescentou que, que em função dessa classificação, são dotadas de dinheiros europeus as melhores classificadas. Apesar de serem todas aprovadas, as verbas vão sendo distribuídas e chega a um ponto em que se esgotam.

----- A Câmara Municipal de Anadia, frisou, tem a vantagem de ter uma candidatura aprovada (tem um relatório do POVT) e de ser a grande Câmara que, com uma candidatura desse tipo, preserva o ambiente do concelho, de uma forma muito especial em relação às outras Câmaras que também o preservam. As outras grandes candidaturas com números fabulosos, não têm a percentagem de oitenta porcento conseguida para Anadia, atiram as águas para o mar, as águas que são todas tiradas no concelho de Anadia (nos nossos furos e nos nossos rios), enquanto que Anadia devolve à região, ao lençol freático, através das ETAR's, as águas. Comentou, assim, que os críticos iriam chegar à conclusão de que a Câmara Municipal de Anadia tinha razão.

----- Continuando a falar do projecto apresentado no âmbito da candidatura, destacou, também, o facto de os tratamentos serem feitos em ETAR's enquanto que os outros sistemas, a maior parte deles, leva em tubos até ao mar, dando a conhecer o investimento a fazer pela Câmara em Avelãs de Caminho, só para remodelar e ampliar uma ETAR, de três milhões e seiscentos ou setecentos mil euros, só de financiamento. No entanto, adiantou tratar-se de dinheiro que ali iria ser gasto para aproveitamento energético, aproveitamento orgânico, ficando a ETAR preparada para tudo e para, inclusivamente, outras ETAR's, que não tenham esses tratamentos, poderem ali neutralizar as chamadas lamas. Concluiu tratar-se de um projecto de topo, elaborado pelos Técnicos da Câmara e por um Técnico de Lisboa, projecto que foi acompanhado em Lisboa por responsáveis e Técnicos da Câmara, e que declarou ser de muito orgulho para a maioria no Executivo.

----- Assim, referiu ser precisamente para proteger esses grandes investimentos que poderiam ser acusados de ter gasto um pouco mais, porque realmente as contas reflectiam isso. No entanto, declarou-se nada arrependido, porque tinha ali uma almofada financeira que lhe possibilita trabalhar. Em jeito de comentário, disse que não deixaria dívidas a quem lhe suceder, mas também não lhe deixaria o dinheiro, por ter muito respeito por todos aqueles que no dia-a-dia trabalham e que precisam de ser apoiados.

----- Antes de terminar, referiu que os Presidentes de Junta, e as pessoas da Assembleia, com certeza que se sentirão realizadas se virem que a sua Câmara Municipal fez um investimento de forma equilibrada, sem pôr em causa as contas municipais. E, como era essa a intenção, frisou que deveria ser essa a leitura política a fazer do documento. Havia que estabelecer prioridades, prioridades essas que eram estabelecidas no orçamento, aprovado no final de cada ano, cujo resultado era o documento que estava naquela sessão, e naquele ponto, em particular, em discussão.

----- Não deixou de reconhecer que era muito melhor fazer mais, mas também disse que fazer



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais só por fazer não valia a pena, até porque os programas da Câmara, e de todas as outras, eram plurianuais. As contas, essas, não reflectindo uma contabilidade simples, têm de ter uma intencionalidade política, rematou, acrescentando que o célebre empréstimo de cinco milhões de euros ainda estava intacto, precisamente por ser intenção da Câmara Municipal fazer obras que respondam às necessidades básicas do município.

Mesmo a terminar, disse concordar com o que tinha sido dito pela oposição, aquando da discussão das contas na reunião do Executivo, mas adiantou que os princípios que norteavam a Câmara, em termos de orçamento e de contas, tinham acabado por dar o resumo que estava patente no documento em apreciação, que não feria a lei geral porque tinha a certificação legal das contas. Disponibilizou-se, a finalizar, para responder às questões que viesssem a ser colocadas e dentro do que lhe fosse possível responder.

Concluída a introdução feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do GM do PS.

O Senhor Deputado começou por dizer que tinha dado por ele a julgar que o Senhor Presidente da Câmara Municipal estaria a fazer a apresentação do ponto quatro da ordem do dia, ao falar do que iria fazer em termos de saneamento, o que consta da revisão dos documentos previsionais constante do ponto quatro da ordem do dia.

Entretanto, reconheceu que tinha de se regozijar com o facto de o Senhor Presidente da Câmara Municipal ir fazer o saneamento a noventa e tal porcento, porquanto acrescentou que viria responder às situações que vêm sendo alertadas há vários anos pelo PS. E concluiu tratar-se de uma medida muito positiva para o desenvolvimento do concelho.

Não obstante, o Senhor Deputado disse que iria voltar atrás para proceder à análise do que tinha sido feito. Nesse âmbito, começou por tecer alguns comentários acerca do património apresentado. Pedindo um posterior comentário por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, destacou como relevante o facto de serem mantidas doze fracções do Edifício da Praça Visconde Seabra que teimosamente, há cinco anos, não são vendidos. Assim, referiu que apesar de o Grupo Municipal do PS ter vindo a considerar compreensível a explicação dada pelo Senhor Presidente da Câmara, de que o mercado não tem sido favorável à compra das fracções com a rentabilidade desejada, o facto era que, volvidos cinco anos as fracções continuam por vender e a perspectiva futura não é de melhoria do mercado. Querendo com isso dizer que, continuando com a explicação que vinha sendo dada pelo Senhor Presidente da Câmara, iriam estar mais cinco, ou mais anos, e tornar-se-iam necessárias reparações para manter o edifício nas mínimas condições.

Portanto, basicamente o que disse pretender saber era se o Senhor Presidente da Câmara Municipal teria alguma perspectiva para resolver aquela questão das fracções do Edifício da Praça Visconde Seabra, que, evidentemente, seja benéfica para a Câmara Municipal e para os cidadãos, e que, pelo menos, não acarrete os prejuízos que se perspectivavam no momento.



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A outra questão que disse pretender colocar, e que tinha mais a ver com a apresentação do documento, prendia-se com o facto de o documento enfermar de alguns lapsos que considera que deveriam ser corrigidos, apesar de os perceberem, nomeadamente o caso de quase sempre o número dos milhões não constar do documento, existindo, mesmo, um caso ou outro em que as dezenas de milhões, logicamente, também não aparecem. Assim, referiu haver uma certa percepção do problema, por chegarem a essa conclusão, mas adiantou ser possível rever o documento nesse contexto. Concluiu, então, não ter mais questões a apresentar, porquanto as contas propriamente ditas seriam comentadas mais à frente.-----

----- Para uma outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do GM do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por referir que da leitura do documento de prestação de contas que lhes tinha sido presente, e na opinião do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, embora ele esteja realizado de acordo com as normas em vigor, carece de ser melhorado, dado que não é apresentada a análise de facturação, o que desequilibra as contas para quem analisa. Continuando, referiu que a óptica de caixa era posta de lado, dando lugar à visão patrimonial, que é mais lógica e eficaz.-----

----- Entretanto, o Senhor Deputado passou a fazer uma análise mais detalhada do documento, com o seguinte teor:-----

----- "O que dizer de mais uma promessa adiada, como foi a execução do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de dois mil e dez, senão vejamos:-----

----- A percentagem global de execução do orçamento foi de cinquenta e sete vírgula sessenta e quatro porcento, portanto, inferior a sessenta porcento. Oliveira do Bairro, mesmo aqui ao lado, foi de oitenta porcento;-----

----- A percentagem de execução por pagamentos foi quarenta e nove porcento, inferior a cinquenta porcento e, aqui, se descermos um bocado mais, temos que a percentagem de execução ao nível do Saneamento foi inferior a dez porcento, na Protecção do Meio Ambiente pouco acima de quinze, na Indústria, Energia e no Turismo todas inferiores a quatro porcento, em termos de execução de um orçamento que a Câmara propõe a aprovação;-----

----- A despesa corrente está a disparar e a de capital a diminuir – é o que nos é dado nos gráficos;-----

----- O saldo de tesouraria, ou de gerência incorporada, como se costuma dizer também, está a baixar, o que representa menos dinheiro, quer em caixa, quer em depósitos bancários;-----

----- As despesas com pessoal subiram substancialmente."-----

----- A concluir, referiu que como o documento era muito extenso e eu não pretendia maçar mais as pessoas, só poderia dizer que, em termos de execução, do que lhes foi proposto e do que foi aprovado em Assembleia, tiveram um executivo de "Linha Branca", portanto, que executou metade do prometido.-----

----- Para comentar as intervenções dos Senhores Deputados Rui Marinha, e Sidónio Simões, o



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara começou por informar o Senhor Deputado Rui Marinha de que a Câmara Municipal não tinha vendido o seu património, nomeadamente as sobreditas fracções, por não necessitar de o fazer e, também, por não ser sua prática vender sem precisar, acrescido, também, o facto de o momento ser efectivamente mau para vender.-----

----- Quanto a falar logo do ponto quatro da ordem do dia, referiu que os pontos são interligados quando se fala em contas e que o ponto quatro não teria valor se o ponto dois não tivesse substância. E acrescentou que uma revisão, que apontava para aquelas áreas, seria por haver saldo, apesar de ser condenado por ter muito saldo e por ter pouco saldo. Não obstante, declarou assumir a responsabilidade daquelas opções e reconheceu as críticas como um direito.-

----- Passando a comentar a intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, quando falou de uma promessa adiada em função do orçamento, o Senhor Presidente disse ser do conhecimento da Câmara Municipal, e geral, que Oliveira do Bairro faz muito mais, mas disse saber, também, que tem litígios gravosos com os empreiteiros por não lhes pagar. Já quanto à Câmara Municipal de Anadia, disse pensar que as contas não exprimiam que devesse a alguém.-----

----- Para concluir o comentário à intervenção do Senhor Deputado Rui Marinha, então sobre a apresentação do documento, explicou tratar-se de um documento extenso que é elaborado em pouco tempo, na medida em que tem de ser feito de acordo com o que obrigatoriamente tem de constar do mesmo. Portanto, um documento extenso, sempre algo imperfeito, mas com uma grande vantagem: espelha exactamente o que foi feito pela Câmara Municipal, até porque, se assim não fosse - e respondendo também ao Senhor Deputado Sidónio Simões -, não poderiam dizer que a Câmara Municipal só tinha executado cinquenta e sete porcento, que os pagamentos eram pouco mais de cinquenta porcento e que o saneamento não existia.-----

----- Na questão do saneamento, comentou que se tivesse feito a vontade ao Senhor Deputado Rui Marinha de o fazer, não conseguiria os milhões entretanto conseguidos para saneamento, para além do que, por isso é que teve a capacidade de não vender o património municipal, continuando o Município a ser dono dos Serviços Municipalizados - uma questão importantíssima. Recordou, então, que serviços idênticos foram vendidos por poucos milhões, mas se amanhã alguém tiver a coragem ou quiser vender os de Anadia, valerão muitos milhões.-----

----- Dirigindo-se ao Senhor Deputado Sidónio Simões, referiu que a Câmara Municipal é um factor, no concelho de Anadia, de empregabilidade e, por estranho que pareça, muitas vezes não vem resolver o problema dos cidadãos naturais do concelho, vem resolver os problemas que o Estado criou, despejando sem conta funcionários, funcionários esses que têm preferência sobre todos os que se encontram na Câmara. Acrescentou, ainda, que vinha sendo feito um esforço extraordinário para limitar a entrada de funcionários, portanto, não havia mais despesas com pessoal, havia sim um Cineteatro a funcionar (que não havia antes), uma Biblioteca a



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

funcionar (que não havia antes), um Velódromo a funcionar (que não havia antes), uma piscina ampliada. E, criar estruturas para as deixar sem utilização, seria na mesma criticado pelo facto de ter feito as obras e não as ter a funcionar.

----- Esclareceu, assim, a terminar, que o documento em discussão não era enganador, era sim revelador da forma como se trabalha na Câmara Municipal de Anadia e declarou não se envergonhar nem estar arrependido de ter tido aquele tipo de procedimento, por ser a garantia, para um tempo que se avizinha de crise, porque apesar de a Câmara também estar sujeita a essa crise, dessa forma encontra-se melhor preparada para a enfrentar.

----- Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Coelho, do GM do PS.

----- Naquela que era a sua primeira intervenção da sessão, o Senhor Deputado começou por cumprimentar os presentes e passou a fazer a seguinte consideração relativamente ao documento de prestação de contas:

----- "Áreas que o PS sempre considerou estruturantes para um real e sustentado desenvolvimento económico do concelho, como a Indústria, a Cultura e o Meio Ambiente, continuam não só com uma dotação orçamental inferior à desejada, e por isso votámos contra o mesmo orçamento, como também a sua real execução no que diz respeito ao investimento, em termos das Grandes Opções do Plano, apresenta valores miseráveis: Protecção do Meio Ambiente, temos uma execução na ordem dos zero porcento; Indústria e Energia um porcento; e Cultura cinco porcento.

----- Assim sendo, uma vez mais fica patente e demonstrada a falta de visão e planeamento estratégico deste Executivo, deixando o concelho continuamente sem um rumo ou uma estratégia definida."

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU.

----- O Senhor Deputado começou por referir que tendo em conta o documento de prestação de contas relativamente ao plano e orçamento aprovado em dois mil e dez, e em especial as despesas de pessoal, apesar da resposta entretanto dada ao Senhor Deputado Sidónio Simões, a verdade era que a Biblioteca Municipal já funcionava há dois anos, o Velódromo já funcionava há dois anos, o Cineteatro há dois anos, as Piscinas há mais de cinco anos.

----- Assim, constatou, também, e apenas sobre as despesas com pessoal referentes ao ano de dois mil e dez, que tinha havido saídas de quadros para aposentação e não tinham ocorrido novas admissões. Deu o exemplo do Velódromo, onde se encontra uma pessoa do quadro da Câmara Municipal destacada a trabalhar, sendo que o restante pessoal é do Centro de Emprego, apesar de a Câmara Municipal ter de pagar um acréscimo, e do Cineteatro Anadia, onde a situação é a mesma. Então, passou a constatar:

----- Não havendo admissão de pessoal, em dois mil e oito, a despesa com pessoal foi de quinze vírgula quarenta e três porcento, em dois mil e nove passou para catorze porcento (diminuiu),



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em dois mil e dez, que devia ter diminuído, aumentou para dezanove vírgula trinta e um porcento.-----

---- Mas mais. O sector financeiro da Câmara, os juros de endividamento com o sector bancário tiveram um aumento, porque em dois mil e oito era de cinco vírgula trinta porcento e em dois mil e dez é seis vírgula vinte e um, não entrando aqui nestes números os juros do recente empréstimo da Câmara Municipal. Apesar de terem ali que ver que o fornecimento com serviços externos aumentou (em dois mil e oito era de três milhões quatrocentos e dez mil, em dois mil e nove três milhões seiscentos e treze mil e em dois mil e dez três milhões seiscentos e noventa e nove mil).-----

----- Portanto, as despesas da Câmara aumentam bastante e as receitas correntes diminuem, não contabilizando, ali, os Fundos Comunitários. Logo, a Câmara, embora o Senhor Presidente da Câmara Municipal diga que tem um saldo positivo, na realidade tem, mas diminuiu bastante, e não era por acaso que a Revisora Oficial de Contas também colocava algumas dúvidas em termos de futuro financeiro da Câmara.-----

----- Pelo atrás exposto, e a terminar, pediu ao Senhor Presidente da Câmara para lhe explicar, não havendo admissões de pessoal e havendo aposentação de quadros superiores e intermédios, como é que as despesas da Câmara Municipal com pessoal tinham aumentado.-----

----- Decorridas as intervenções dos Senhores Deputados Tiago Coelho e João Morais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às mesmas.-----

----- Começando por responder ao Senhor Deputado Tiago Coelho, do GM do PS, relativamente à questão da estratégia e das percentagens, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que não poderia, no final do ano, alterar a estratégia da maioria no Executivo. Acrescentou que essa tinha sido a estratégia seguida e afirmou que a maioria no Executivo a assumia e se responsabilizava pelas percentagens resultantes da mesma.-----

----- Referiu, assim, que a verdade era que o documento era perfeitamente esclarecedor da forma como tinha sido gasto o dinheiro, que para uns foi mal gasto e para outros foi bem gasto. Considerou, mesmo, que um documento daquela natureza, pela sua complexidade, não dava a um comum analista, uma perspectiva correcta daquilo que efectivamente se falava em termos político-financeiros, pelo que teriam de ser pessoas com conhecimentos na matéria a fazê-lo.---

----- Em resposta ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU, referiu que bastava olhar para as contas, para constatar que o documento representava a existência de equilíbrio, representava que mesmo dentro das modalidades obrigatórias para a apresentação de contas, a receita de capital era inferior ao que a maioria no Executivo desejava fazer, porque embora aquelas obras estivessem anunciadas no orçamento, a verdade era que não tinham sido abertas as respectivas candidaturas e as obras não podiam ser feitas. Explicou, em aditamento, que a Câmara Municipal não poderia assumir uma obra de meio milhão de contos enquanto não fosse aberta a respectiva candidatura, o que contribuiria para a negação de um projecto que tinha em



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conta que a candidatura iria ser aberta, por exemplo, em Março ou Abril, e a Câmara não podia realizar, tratando-se, por isso, - concluiu -, de situações alheias à vontade da Câmara.-----

----- Esclareceu, entretanto, que os juros dos empréstimos contraídos pela Câmara Municipal só são actualizados de acordo com os contratos subscritos pela Câmara, recordando que todos os pedidos de empréstimo, e respectivos juros, são do conhecimento da Assembleia Municipal, aliás, juros esses que considera estarem numa super normalidade, relativamente aos juros da dívida nacional, comentou.-----

----- Continuando, disse, então, não perceber quando o Senhor Deputado dizia que a despesa com pessoal tinha aumentado e que em dois mil e oito já havia Biblioteca. Assim, acrescentou que o Senhor Deputado se estava a esquecer de que a Câmara não tinha contratado pessoas mas tinha contratado serviços de segurança, de vigilância, na parte da informática, que tinham de ser pagos, porque sem esses serviços, corria o risco de ultrapassar os prazos dos requerimentos, deixava de apresentar as candidaturas na Vortal, uma plataforma obrigatória. Referiu, ainda, que tratando-se de uma prestação de um serviço, não era um investimento, o que necessariamente aparecia nas correntes, em pessoal.-----

----- Esclareceu, entretanto, que as dívidas não sofreram aumento e que a responsabilidade das dívidas do futuro não caberia ao actual Presidente da Câmara. O equilíbrio era patente no documento, e recomendou ao Senhor Deputado para ver o que a Câmara Municipal devia e para procurar saber por que devia.-----

----- Esclareceu, ainda, a terminar, que a despesa com pessoal, em termos de saúde, tinha aumentado substancialmente e que como muitas pessoas tinham saído, tinha havido lugar ao pagamento de indemnizações. Assim, recomendou ao Senhor Deputado uma análise aprofundada do documento que encontraria todas essas situações, porque a maioria no Executivo não pintava o documento de determinada cor, fazia a análise nua e crua e a colocação no documento dos números que são obtidos através da conferência da documentação.-----

----- Para uma segunda intervenção relativamente ao ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do GM do CDS-Partido Popular.-----

----- Depois de ouvir com muita atenção as explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Deputado esclareceu que tinha feito uma análise ou uma leitura do documento que lhe tinha sido apresentado e que não estava a pôr em causa se o Senhor Presidente da Câmara tinha efectivamente gerido bem. Esclareceu, então, que o que pretendeu dizer com a análise do documento, e que estava a pôr em causa, era que com a aprovação do plano e orçamento criaram-se expectativas, quer à Assembleia, quer à população, e o resultado foi que tinham ficado a cinquenta porcento das expectativas que foram criadas.-----

----- Entretanto, sobre a explicação dada pelo Senhor Presidente da Câmara sobre o plano e orçamento, e o facto de se chamar plurianual, referiu que quando se diz que é plurianual é



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque não se tem de prever o dinheiro todo nesse ano, contrariamente ao que o Senhor Presidente dizia, e por isso se chama plurianual. Tem de se prever o que vai gastar nesse ano, no ano, e o restante pode ser em anos seguintes. Continuando a explicação, referiu que se quiserem iniciar a execução a meio do ano, só precisam de lá ter metade do dinheiro.

Portanto, explicou que com isso queria dizer que o orçamento tinha sido extrapolado, que havia dinheiro a mais, ou então, que se contava com situações que não tinham sido feitas, ou que se contava com execução de obra que não tinha sido feita. Disse que também se percebia que bastava haver um chumbo do Tribunal de Contas no final do ano para não haver execução, ou a meio do ano, e depois não se lançar um novo concurso. Mas a realidade não era bem ter de se prever o dinheiro todo, teria de ser previsto o que se calculava gastar no ano, sendo o restante previsto em anos seguintes.

Para uma nova intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Lúcia Araújo, do GM do PPD/PSD.

A Senhora Deputada referiu que a sua questão era principalmente dirigida ao Senhor Deputado João Morais relativamente ao seu comentário sobre o aumento das despesas com pessoal. Assim, comentou que a solução talvez passe por despedir e ir para o Fundo de Desemprego que, aí, com certeza, a despesa com pessoal seria substancialmente reduzida. Perguntou, também, ao Senhor Deputado onde tinha visto, no relatório da Revisora Oficial de Contas, que a Câmara Municipal iria ter problemas de futuro, porquanto tinha lido o relatório e não tinha conseguido apanhar essa parte.

Por fim, disse ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para continuar com a boa saúde financeira da Câmara Municipal que isso é que é importante para os municíipes e para todos os Senhores Deputados.

Para nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU.

O Senhor Deputado disse pretender colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, como representante nas entidades participadas pela Câmara Municipal, nomeadamente na Associação Beira Atlântico Parque (com capital próprio de dois milhões de euros); na ERSUC (com contas apresentadas do resultado líquido); na WRC – Agência de Desenvolvimento Regional, S.A. (que no ano anterior os Deputados não tiveram conhecimento das contas e no presente as mesmas também ainda não tinham sido apresentadas); na Escola Profissional de Viticultura e Enologia da Bairrada (onde a Câmara também tem investimento); na Associação da Rota da Bairrada e na Associação Plataforma para a Construção Sustentável. Assim, considerou que na aprovação das contas, a Câmara deveria ter posse de documentos para serem apresentados aos Senhores Deputados. Não tendo acontecido, pediu para que na próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal os Deputados pudessem ser portadores da aprovação dessas contas, uma vez que as senhas de presença dos representantes da Câmara eram remuneradas.



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Por fim, e uma vez que a Câmara Municipal também tinha adquirido património da Quinta do Rangel, em Ancas, e apesar das anteriores afirmações do Senhor Presidente da Câmara, quanto ao facto de a altura ser não propícia à venda de património, o certo era que o Senhor Presidente tinha posto à venda alguns lotes. Como tal, pediu para o Senhor Presidente o esclarecer sobre qual o valor de compra da Quinta do Rangel, bem como se tinham sido vendidos alguns lotes e quanto tinham rendido.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado João Morais, e uma vez que o Senhor Deputado tinha colocado uma questão da responsabilidade da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal chamou a atenção do Senhor Deputado para o parecer da auditoria externa, na alínea f) do ponto seis, página setenta e três, que diz, e passou a ler:-----

----- "Os investimentos financeiros em entidades participadas estão valorizados ao custo da aquisição. O Município não apresenta contas consolidadas, nos termos do disposto no artigo quarenta e seis, da Lei dois de dois mil e sete, de quinze de Janeiro, porque não detém a maioria de capital em nenhuma delas."-----

----- Feita a leitura da alínea do relatório da auditora externa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou ao Senhor Deputado João Morais ser esse o motivo de não constarem nas contas do Município.-----

----- De imediato, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às interpelações entretanto feitas pelos Senhores Deputados.-----

----- Começando por responder ao Senhor Deputado Sidónio Simões, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que tinha aprovada uma candidatura de saneamento, no valor de onze milhões e meio de euros, que não tinha incluído na revisão de contas, porque, de acordo com a nova lei orçamental, tem de se trabalhar com dinheiro verdadeiro e não com valores que ainda não entraram na Câmara. Portanto, disse tratar-se de uma nova metodologia, que achava correcta, e que só era ultrapassada com a dança das alterações orçamentais, que vinha merecendo a abstenção dos Vereadores do PS no Executivo, por considerarem ser da responsabilidade do Presidente da Câmara a gestão dessas questões, e com toda a lógica - comentou -, porque o Presidente da Câmara é que sabe onde o dinheiro é necessário.-----

----- Referiu, ainda, tratar-se de uma estratégia, e de uma necessidade, que todos, de boa fé, com certeza compreenderiam, como forma de gerir, de arranjar dinheiro (e não pode ser dinheiro fictício), para poder realizar obras. Assim, concluiu que não fazia milagres, o único milagre, se é que se poderia considerar milagre, que tinha feito era ter a tal responsabilidade financeira de manter uma Câmara com sustentabilidade. Isso, sim, era-lhe devido, mas o resto era da lei.-----

----- Sobre a intervenção da Senhora Deputada Lúcia Araújo, disse tratar-se de uma resposta política que, com todo o respeito, não comentaria. Não obstante, afirmou ser uma resposta com lógica, porquanto não comprehende, que de uma bancada do Partido Comunista, digam que a Câmara Municipal gasta muito dinheiro com pessoal, quando na rua o discurso é completamente



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diferente. Referiu, inclusivamente, que a oposição no Executivo, que se prepara antecipadamente, comprehende e sabe perfeitamente que as decisões relativas a pessoal são tomadas no sentido de minimizar as despesas com pessoal na Câmara Municipal e, por isso, presta o seu apoio.

----- Quanto à interpelação do Senhor Deputado João Morais, e depois de já lhe ter sido dada a explicação sobre as empresas participadas, informou, sobre a Quinta do Rangel, que todos os dados constavam do documento. Informou, também, que conforme era do conhecimento geral, porque tinha sido tornado público, a Câmara Municipal tinha feito uma Hasta Pública para venda de lotes, mas adiantou ao Senhor Deputado que se necessitasse de informação adicional, poderia sempre recorrer ao Sector do Património para a obter.

----- Uma vez mais referindo-se ao comentário do Senhor Deputado Sidónio Simões, referiu que aquela era a dança obrigatória dos números e disse que o Senhor Deputado não lhe poderia indicar outra forma de o fazer. Apesar de reconhecer não estar bem, disse que, tendo à disposição uma determinada verba para uma obra, utilizaria essa forma de dança dos números, sob pena de não pagar, porque só o poderia fazer se tivesse cobertura orçamental.

----- Antes de terminar, voltou a dirigir-se ao Senhor Deputado João Morais, para dizer que quando se fala em empresas participadas da Câmara é logo criada a ideia que a Câmara Municipal de Anadia é igual a muitas outras. Assim, referiu que a Câmara Municipal tem tantas empresas participadas, mas onde não é conhecido qualquer gestor nessas empresas, quer Vereador ou funcionário da Autarquia, que seja remunerado.

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do GM do PS.

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes, começou por referir que o Grupo Municipal do PS tinha lido atentamente o documento em apreciação, com a deliberação da reunião do Executivo Municipal de treze de Abril, e tinha analisado as contas. Desde logo, passou a apresentar uma nota prévia relativamente ao documento de prestação de contas.

----- Assim, começou por dizer que à semelhança dos últimos anos, de facto era um documento bastante completo e parecia ser um documento rigoroso, quer em quantidade, quer em qualidade, e, portanto, acima de tudo, também parecia ser um documento relativamente independente e que permitia concentrarem-se no que era essencial, porquanto não eram utilizados os quadros e os gráficos de forma tendenciosa, como às vezes era tentação em alguns locais, e portanto, parecia-lhes isso um facto bastante positivo.

----- Continuando, referiu que o documento também era complexo e, portanto, os Deputados do Grupo Municipal do PS pensavam ser um pouco falacioso estar a tentar detalhar algumas coisas. Entretanto, disse que o Senhor Deputado João Morais, quando pegou na questão do pessoal, terá dito algumas incorrecções; depois a resposta do Senhor Presidente também terá tido algumas incorrecções, naquela questão em concreto, porque se de facto não contratava pessoas



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e dizia que entretanto tinha serviços de vigilância e de informática, esses serviços não eram contabilizados naquela rubrica, certamente, seriam contabilizados na rubrica de fornecimentos e serviços. Quanto às indemnizações, disse que poderiam ser uma justificação para a rubrica aumentar, mas não seriam certamente os serviços que eram contratados, porque esses não estavam naquela rubrica.

Portanto, afirmou que os Deputados do Grupo Municipal do PS achavam que não se deveria ir a esse detalhe, considerando que entendiam o documento, como um documento que devia permitir ver as grandes opções e era sobre elas que pretendiam falar. E quando olhavam para as grandes opções, e quando liam o que o Senhor Presidente tinha dito, e que estava escrito, naquela reunião de Câmara, constatou que o Senhor Presidente apresentava constantemente constrangimentos: ou eram as obras que tinham de ser cabimentadas, ou o Visto do Tribunal de Contas que atrasava as obras; ou as candidaturas que tardavam em abrir; ou eram, até, as aplicações informáticas que faltavam e, portanto, a informação não era a melhor. Reforçou, assim, que o Senhor Presidente da Câmara apresentava uma série de constrangimentos, mas tudo isso era aquilo que o Senhor já sabia à partida, ou seja, já sabia os recursos que tinha, já conhecia as regras de jogo em termos processuais, dos concursos, do Tribunal de Contas, etc..

Por tudo o atrás exposto, disse que as críticas dos Deputados do Grupo Municipal do PS não se podiam ficar apenas por aquelas opções políticas, mas começavam logo pela base, uma assunto que já tinha sido bastante falada na sessão em curso, e que era, na elaboração dos orçamentos. Nessa conformidade, disse pensar que era também por isso que tinha ficado claro que nos últimos anos o Grupo Municipal do PS tinha votado contra os orçamentos, embora dando o benefício da dúvida no último que votaram para dois mil e onze. Justificou, assim, que os orçamentos eram mal projectados de base porque traduziam, segundo o ponto de vista dos Deputados do Grupo Municipal do PS, uma estratégia e um projecto para o Município que era completamente desfocado das questões essenciais para o bem estar da população e para o dinamismo que actualmente se espera que um concelho tenha.

Continuando, referiu que havia uma preocupação em construir, mas não se dava o devido seguimento à utilização das infra-estruturas, a programas para as aproximar da população. Parecia que se investia e que se construía apenas para aproveitar algum tipo de subsídio ou apoio. Referiu, também, que as execuções, em termos frios, mostravam por si a realidade independentemente das questões plurianuais que também já tinham sido bastante faladas naquela sessão. No entanto, declarou que na opinião dos Deputados do Grupo Municipal do PS, pior do que fazer tão pouco, é fazer aquilo, de facto, sem visão ou sem estratégia.

Constatou, então, haver determinadas áreas que não eram sequer opção para o Executivo. Atentando ao resumo das Grandes Opções do Plano: Protecção do Meio Ambiente: zero porcento; Protecção Civil e Luta Contra Incêndios: zero porcento; Mercados e Feiras: zero porcento; Outras Actividades Cívicas e Religiosas: zero porcento; Indústria e Energia: um



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porcento, concluiu ser muito pouco. Com aquelas execuções tão baixas, referiu que as contas da Câmara tinham encerrado o exercício de dois mil e dez com um superavit de um ponto sete milhões de euros. Ora, sabendo da existência de tantas carências em tantas áreas, perguntou, em jeito de reflexão para o Senhor Presidente, quanto tempo teria demorado, e quanto teria custado, criar e executar uma estratégia de atracção e fixação de indústria verdadeiramente eficaz; quanto custaria implementar e executar um programa cultural que fosse verdadeiramente atractivo para a população e que a envolvesse; quanto custaria construir pelo menos um parque infantil que fosse na cidade de Anadia. A concluir, disse pensar que tinha ficado claro que os Deputados do Grupo Municipal do PS teriam de votar contra a prestação de contas de dois mil e dez.

----- Para exercer o direito de resposta relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU.

----- O Senhor Deputado, no seguimento da resposta dada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a despesa com pessoal, começou por esclarecer que não punha em dúvida a honestidade do Senhor Presidente da Câmara, nem as respectivas contas, e reconheceu que o Senhor Presidente tinha dito uma verdade relativamente à questão das indemnizações. No entanto, disse pensar que em situações de aposentação, não há lugar a indemnizações, pelo que perguntou se quando o Senhor Presidente da Câmara se referiu a indemnizações de pessoal, tinha havido algum funcionário despedido por justa causa.

----- Quanto aos representantes da Câmara Municipal nas empresas participadas, esclareceu não ter posto em causa se algum Vereador da Câmara era remunerado.

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às intervenções dos Senhores Deputados.

----- Começando por responder ao Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que tudo tinha feito para não terem de sair funcionários, tendo inclusivamente sido abertos bastantes concursos. No entanto, informou que tinha havido alguns funcionários que tiveram de ir embora, outros até que viram o seu vencimento reduzido, e os que saíram e que, portanto, não faziam parte do quadro, tinham todos direito a indemnização, em função dos anos que trabalharam para a Instituição. Acrescentou, ainda, que o Senhor Deputado se poderia informar junto dos Recursos Humanos para ficar a saber desses números.

----- No entanto, não deixou de referir que a discussão deveria ser política e sobre as contas em pormenor, quem tivesse dúvidas, tinha tido algum tempo para se documentar na Câmara Municipal.

----- Passando a responder ao Senhor Deputado André Henriques, começou por dizer que apesar de querer ser simpático para com ele não o poderia ser. Então, comentando a sua intervenção, quanto ao facto de a Câmara não ter investido em várias áreas, lembrou o Senhor



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputado que ainda não tinha sido conseguido contabilizar a administração directa da Câmara Municipal, por dificuldades burocráticas, e acrescentou que essas obras por administração directa, sim, todos os dias, estavam na protecção ao ambiente, estavam na protecção aos fogos florestais, apesar de o documento não reflectir exactamente essas obras feitas por administração directa.

----- Quanto à afirmação do Senhor Deputado, de que não havia documentos fantásticos, o Senhor Presidente da Câmara afirmou haver, sim, declarações fantásticas para a plateia e isso é que era de lamentar porque o Senhor Deputado só lia o que lhe interessava. Lamentavelmente, nem sequer tinha olhado para o documento da certificação das contas.

----- Assim, e em jeito de conselho, disse ao Senhor Deputado que a Juventude política tinha de escolher um novo caminho, um caminho construtivo, e recomendou ao Senhor Deputado para ver o que o seu Município ganha e o que ele, em termos de credibilidade para a opinião pública, ganha também. Referiu, ainda, que as eleições não são ganhas a falar mal, e para tal, deu o exemplo do líder do Partido do Senhor Deputado. Nesse âmbito, sugeriu ao Senhor Deputado para corrigir a sua postura porque ainda tinha um longo caminho a percorrer, porque era jovem, e adiantou-lhe que poderia contar com a sua informação para que fosse coerente e capaz de constituir uma alternativa aos mais velhos que tinham de ser substituídos.

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques.

----- O Senhor Deputado recordou que tinha começado por dizer que o Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentava constantemente constrangimentos, tendo enumerado vários, um deles relacionado com a falta de aplicações informáticas que levavam a que a informação não fosse a melhor, precisamente por essas questões da administração directa. Portanto, considerou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, em vez de se lamentar com o facto de não ter os recursos, deveria trabalhar com os recursos que tinha.

----- Disse, entretanto, pensar que da sua intervenção tinha ficado bastante claro que os Deputados do Grupo Municipal do PS não estavam preocupados em ver se o rácio de custos com pessoal era dezassete vírgula nove e tinha passado para vinte vírgula quatro. Assim como disse também não esperar que o Senhor Presidente conseguisse responder com exactidão, porque não tinha conseguido, à questão que o Senhor Deputado João Morais tinha colocado. Salvou, no entanto, que tinha o Senhor Presidente em melhor conta que isso e achava que o seu papel não era esse, que o Senhor Presidente estava uns degraus acima.

----- E por achar que o Senhor Presidente da Câmara estava uns degraus acima, também considerava que não se devia dirigir a ele, nem a qualquer colega da Assembleia, no tom paternalista que tinha usado, porque não estavam ali para dizer frases bombásticas para a comunicação social. A concluir, lamentou o facto de não estar público presente na sessão, porquanto poderia ver que, de facto, de toda a Assembleia, se existia alternativa àquela



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

maioria, essa alternativa está ali e não estava nas laterais da Assembleia, como aliás tinha ficado bem visível naquela sessão.-----

----- Na sequência da intervenção do Senhor Deputado André Henriques, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que não tinha falado dos constrangimentos para não criar problemas ao PS, mas recordou que existia um Balcão chamado Permanente para abertura de candidaturas e esse Balcão estava fechado desde Outubro, pelo que aguardava para lançar a obra do Centro Escolar de Sangalhos, e muitas outras obras. Concluiu, assim, que o constrangimento não era seu.-----

----- Esclareceu, entretanto, não ser paternalista, mas antes um indivíduo castigador a quem vem para a Assembleia com evoluções pouco convincentes. Então, explicou que o Governo do Partido do Senhor Deputado lhe devia cerca de seiscentos mil contos só de uma obra, do Velódromo, e isso, sim, era um constrangimento de todo o tamanho.-----

----- Salvaguardando o facto de ter muita consideração pelo Senhor Deputado, disse que não poderia concordar quando lhe dizia que os constrangimentos eram da responsabilidade do Presidente da Câmara, quando tinha um projecto pronto para poder avançar com uma candidatura, como era o do Centro Escolar de Sangalhos, e até o das Regenerações Urbanas, e só abriam quando lhes apetecia.-----

----- Aconselhou, entretanto, o Senhor Deputado a ser menos agressivo e mais construtivo, a argumentar para construir, e não só para dizer que fez mal ou que informou mal um colega, quando o colega nem sequer se tinha queixado.-----

----- Sobre a crítica das rubricas onde nada foi gasto, o Senhor Presidente da Câmara explicou que a Câmara teve de deixar de desenvolver as actividades extra curriculares (as chamadas AEC, que custaram muito dinheiro), por mais um constrangimento, pelo facto de o Governo, apesar de considerar que as actividades eram boas, querer que passassem a ser pagas pela Câmara Municipal. Ora, explicou, a Câmara não tem de substituir o Governo, e, então, as AEC foram assumidas por entidades particulares, com os constrangimentos que todos conheciam e que eram, aliás, assumidos pelo próprio Governo.-----

----- Entretanto, referiu que apesar de achar que o Governo não pagava à Câmara por não ter como, acreditava que tinha vontade de pagar. Felizmente, a Câmara vai pagando a quem deve, não tem esse constrangimento - comentou.-----

----- Passou, então, a refutar a acusação de que apresentava constrangimentos: não podia lançar uma obra a concurso; desenvolvimento industrial: ao fazer um Plano de Pormenor, o mesmo é chumbado (em zona de PDM); a Câmara que tem muitas áreas de zonas industriais, para poder satisfazer os pedidos, não o pode fazer, porque alguém pensou que o concelho é *sui generis*, e classificou tudo de Reserva Ecológica, é tudo de Infiltração Máxima. Concluiu, assim, que tal demonstrava, claramente, que as pessoas, ou não andavam atentas, ou então, como tinha sido dito antes, mais parecia um Tribunal, a acusarem o Presidente da Câmara.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A terminar, e pelo atrás adiantado, voltou a dizer que não concordava com o Senhor Deputado quando disse, e deu um certo ênfase, que o Presidente da Câmara apresentava muitos constrangimentos.-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não vendo mais solicitações para intervir no âmbito da discussão do segundo ponto da ordem do dia, deu o seu período de discussão por encerrado e submeteu o ponto a votação.-----

----- Finda a votação do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que, por maioria, com vinte e cinco votos a favor, dos Senhores Deputados presentes do Grupo Municipal do PPD/PSD, oito votos contra, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, do Grupo Municipal da CDU e do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e duas abstenções, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, José Cerveira Lagoa e José Maria Almeida Ribeiro, e com a ausência na sala da Senhora Deputada, Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS, a Assembleia Municipal aprovava os documentos de prestação de contas do Município de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e dez.-----

----- Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto dois da ordem do dia.-----

----- Subsequentemente, passou a apresentar o ponto três da mesma, “*Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e dez, bem como apreciação do respectivo inventário do património, de acordo com o estabelecido na alínea c) do número dois do Artigo Terceiro do RAMA*”.-----

----- Finda a apresentação, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto.-----

----- O Senhor Presidente começou por constatar que o documento em apreciação não tinha a complexidade do anterior e espelhava com mais facilidade a actividade dos Serviços. Além do que, como sabiam, a actividade dos Serviços era específica, resumindo-se, basicamente, a ambiente e mercado de água e saneamento. Referiu, também, que a mesma tem vindo a ser quase sequencial, não tem alterado grandemente, mas desta vez tinha sido algo sintomático, o que também não era inédito, a preocupação com a gestão, com o recurso água, ou seja, o problema das fugas. Assim, adiantou que a questão que se punha era que as fugas não estavam contabilizadas, e que, apesar de reconhecer tratar-se de uma situação algo complexa, poderia, de certa maneira, ser procurada uma forma aproximada de as contabilizar.-----

----- Não obstante, considerou não se tratar de um número assim tão exorbitante como parece, porque a Câmara de Anadia tem uma água barata, por enquanto, e porque tem essencialmente escolas e jardins, não só municipais como até de freguesia. Todavia, referiu não ser preocupante para a Câmara por uma razão muito simples: como não tem contrato com as Águas de Portugal, ou as Águas de Aveiro, só tem de pagar a despesa de captação. Quando for preocupante, adiantou que a sua distribuição terá de ser monitorizada da melhor forma



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possível, para que esse bem, que é cada vez mais precioso, venha a poupar-se.-----

----- Entretanto, deu a conhecer que o investimento que estava a ser feito em água também não estava muito bem concretizado no documento, como saberiam, também era utilizada a administração directa nos SMAS, tendo dado como exemplo de uma obra feita por administração directa, o arranjo levado a efeito na Rua das Flores, que não vinha expresso como devia ser, em termos de despesa, porque foi fruto da administração directa, além da aquisição dos materiais.-----

----- Apesar de não deixar de concordar com a preocupação manifestada nas intervenções dos Vereadores da oposição, por considerarem tratar-se de um assunto que efectivamente os preocupava e que entendiam dar-lhe um determinado relevo, referiu que, por enquanto, o Município não ia tendo problemas de maior com a água, até porque tinha a vantagem de que sempre que aconteça uma ruptura em algum local, a água fica no Município, corre na valeta e acontecem as ligações clandestinas que ligam até aos poços, que os fiscais vão denunciando ao Conselho de Administração. Sobre essa questão, referiu que os munícipes dão pouco valor à água do município e ocorrem as ligações clandestinas, por parte de habilidosos, que apesar de não constituir grande prejuízo, não deixa de ser uma falta de respeito e os Serviços são activos nessa fiscalização.-----

----- A finalizar, constatou que o documento estava suficientemente apresentado, não obstante aquele problema do desperdício de água, em termos de fugas, que a maioria no Executivo também assumia como problemático. Quanto ao património, referiu, apenas, ser de fácil contabilização, por ser objectivo.-----

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do GM do PS.-----

----- O Senhor Deputado confirmou que efectivamente os Deputados do PS estavam preocupados, uma preocupação não recente mas já de alguns anos, com as fugas de água, até pelo seu carácter injusto. De facto, como o Senhor Presidente da Câmara tinha dito, existem depois os habilidosos que acabam por fazer algumas ligações, mas tudo isso são injustiças e algumas acarretam outras. E, por isso, referiu que, havendo um controlo sobre as fugas, mais facilmente, com certeza, seria possível apanhar essas injustiças.-----

----- Nesse sentido, disse subsistirem-lhe algumas dúvidas sobre os consumos registados no documento, porquanto, pelos números apresentados, chegam à conclusão de que houve um aumento de consumo de águas do ano de dois mil e nove para dois mil e dez de cerca de sessenta e seis mil metros cúbicos. E, portanto, se tiverem em atenção que foram instalados mais noventa e seis contadores durante o ano de dois mil e dez, poderiam facilmente chegar a algumas conclusões, nomeadamente as seguintes, que disse serem, de facto, as dúvidas que o preocupam: como era possível que todos os contadores actualmente instalados registem um consumo aproximado de zero vírgula três metros cúbicos por dia. Mas, olhando apenas para os



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contadores instalados em dois mil e dez, atendendo só a esses noventa e seis contadores instalados, eles registam um consumo diário de um vírgula nove metros cúbicos, rematou o Senhor Deputado. Por considerar um absurdo, disse que, portanto, haveria ali algo que não era facilmente explicável e que só poderia ser explicável através das fugas. E como não havia registo das fugas, não havia grandes possibilidades, até ao momento, de as contabilizar, encontravam, depois, aqueles valores disparatados.

----- Portanto, sugeriu que houvesse alguma preocupação dos Serviços e da Câmara, no sentido de verificar exactamente o que se passava com as fugas, porque isso atropelava os próprios consumidores, e os próprios consumos.

----- Uma outra questão que disse que gostaria de ver esclarecida por parte do Senhor Presidente da Câmara, tinha a ver com a rubrica da administração local, de acordo com a qual, e pela leitura do documento, verificavam que o número de contadores era exactamente igual em dois mil e dez e em dois mil e nove. Assim, perguntou como seria possível terem sido gastos mais catorze mil, quinhentos e trinta e três metros cúbicos, um número que considerou exageradíssimo.

----- Apesar de admitir que haveria uma razão para aquele valor, relativamente à qual gostaria de ser esclarecido, não encontrava explicação para, na administração local, se gastarem mais catorze mil, quinhentos e trinta e três metros cúbicos de água num ano. Por isso, deixava aquela nota, com o objectivo de chamar a atenção para o facto de ser fundamental começar a controlar as fugas de rede porque, senão, os consumos também não batiam certo.

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Rui Marinha, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do GM do CDS-Partido Popular.

----- O Senhor Deputado começou por constatar, sobre o documento, que continua uma execução relativamente baixa, com o orçamento tão baixo e uma execução de cerca de cinquenta e poucos porcento.

----- Na continuidade da intervenção do Senhor Deputado Rui Marinha, disse que verificaram, na área comercial, que tinha havido um aumento, em termos de contadores, doméstico, industrial e comercial, de cerca de cento e quarenta e oito, de dois mil e nove para dois mil e dez, o que quer dizer, ou que não há investimento, ou então, que o investimento está a ser feito fora de sítio, porque só cento e quarenta e oito contadores de um ano para o outro, parecia-lhe muito pouco em ligações novas.

----- Depois, e olhando para o mesmo quadro, constatou a existência de cento e sessenta e seis contadores na Administração Local, e quando depois atentam aos consumos também na Administração Local, passam de oitenta e oito mil metros cúbicos para cento e três mil. Dessa análise, concluiu que algo estaria mal, porquanto não havia aumento de contadores, adiantando que tal poderia ser resultante de um aumento de procura dos equipamentos (o que não era explicado), mas que também poderia ser resultante de desperdícios de consumo ou de falta de



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

medidas de política ambiental.-----

----- Aproveitou, entretanto, para dar a conhecer uma situação que tinha testemunhado, durante uma conferência que tinha sido feita em Águeda. Descreveu, assim, que nas próprias casas de banho aparecia o aviso para no caso de darem conta de fugas, avisarem os serviços; que lá tinha sido colocada uma garrafa de litro dentro de cada autoclismo, porque, dessa forma, há uma diminuição de consumo de água de alguns litros (apesar de actualmente também já existirem autoclismos de dupla descarga que evitam consumos exagerados).-----

----- Portanto, concluiu que lhe parecia que algo não estaria a correr bem, com quase cerca de vinte mil litros a mais e com o mesmo número de contadores. Depois, também, a evolução da receita e da despesa continuava na mesma, havendo um desinvestimento, quer na corrente, quer na de capital.-----

----- Para responder às intervenções dos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que os contadores não eram poucos porque os Serviços têm uma cobertura quase total de fornecimento de água. Na sua opinião, se os cento e tal contadores correspondessem a novas habitações, até era sinal de grande investimento.-----

----- No entanto, também não deixou de referir que o consumo da água também dependia de muitas situações: nos jardins, nas rupturas que são para além do contador dos Serviços, entre outras, onde aparecem inúmeros casos em que o Regulamento até prevê formas de tentar ajudar os municíipes, porque os Serviços também reconhecem que por vezes se torna difícil descobrirem, e em especial no Verão, a origem da ruptura.-----

----- Mas, essencialmente, disse que era importante entender que a questão era muito subjectiva, pelos vários factores (o Verão seco do ano anterior) que alteram com facilidade o consumo da água. Referiu, também, que a mentalidade das pessoas também influí, porque a energia passou a ser cara e o preço da água em Anadia é de tal maneira convidativo a utilizar a água da rede pública, que compensa, essa utilização em vez da água do poço, com todas as despesas inerentes, nomeadamente a da energia.-----

----- A concluir, referiu que os resultados estavam à vista, eram convertidos em dinheiro e, portanto, era porque tinha havido entrada de dinheiro. Apesar de reconhecer que nada era perfeito, como actualmente quase tudo era monitorizado em termos de depósitos, a sua convicção era de que a situação iria melhorar com o tempo.-----

----- No final, e embora não considerasse descabido, disse não concordar totalmente com as opiniões dos Senhores Deputados Rui Marinha e Sidónio Simões, mas admitiu que a verdade, nesse sentido, era muito transparente: havia fugas, perdas, realmente alguma água que não era contabilizada e outra que parecia que não tinha que ser, também, porque era utilizada pelo próprio dono da água.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Castelo Branco, do GM dop CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado pediu ao Senhor Presidente da Câmara para o informar e esclarecer sobre a situação que estava a acontecer na obra da Regeneração Urbana, no centro de Anadia, nomeadamente a descarga constante de milhares de metros cúbicos de água, uma situação que qualquer pessoa que por lá passasse não poderia ignorar e que pensaria, de imediato, em ruptura e em desperdício.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, entretanto, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do GM do PS.-----

----- O Senhor Deputado disse não esperar que o Senhor Presidente da Câmara Municipal concordasse com ele. A sua função era a de alertar para aquilo que lhe parecia, pelo menos na sua perspectiva, que estava errado. Se o Senhor Presidente considerava correcto ou não, era um problema que não lhe dizia respeito.-----

----- Declarou, entretanto, que gostava de gerar consensos, mas estava na Assembleia essencialmente para apresentar as dúvidas que tinha. E, então, perguntou como era possível, com um aumento de consumo de água de aproximadamente sessenta e seis mil metros cúbicos, ainda que pouco, reconhecia, os Serviços receberem menos dinheiro, porque tinham recebido em dois mil e nove cento e sessenta e quatro mil euros, em dois mil e dez cento e sessenta e dois. Por considerar que haveria algo que não jogava, pediu ao Senhor Presidente da Câmara para, posteriormente, analisar o assunto com algum cuidado, porque pensava que o mesmo tinha a ver com as fugas. Apesar de ser uma ideia subjectiva, até porque não tinha evidências que lhe permitissem concluir isso, considerava que seria essa a origem do problema. Portanto, disse esperar que numa próxima oportunidade o Senhor Presidente da Câmara, depois de analisar esses dados, conseguisse responder cabalmente, sobre qual a verdadeira origem e razão do problema.-----

----- Para uma outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU.-----

----- O Senhor Deputado referiu que, apreciando o relatório de contas dos SMAS, a posição da CDU era real, de acordo com a apresentação das contas, embora na realidade reconheça a existência de um consumo superior relativamente ao ano anterior. No entanto, referiu que não podiam deixar de ter em conta as regas, durante o Verão, nas zonas de embelezamento (nos jardins, nos parques). Inclusivamente, referiu que no ano em curso, o Velódromo iria gastar muito mais água pela necessidade de manter o tecido verde.-----

----- Entretanto, declarou que uma situação que lhe agradava, e era de saudar, tinha a ver com a manutenção de um património que era cobiçado por alguns lobbies financeiros que apontam e pressionam para a privatização da água, mas que o Município de Anadia, na realidade, tem resistido a essa tentação.-----

----- Nesse sentido, alertou o Senhor Presidente da Câmara para manter essa firmeza na defesa



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de um bem que é útil, precioso e quando, inclusivamente, já muita gente do Município não tem sequer dinheiro para comer, quanto mais para pagar a água para tomar banho. Portanto, reforçou que era de saudar a posição da Câmara, com abutres a espreitar a todo o momento a privatização da água do Município de Anadia.

----- A finalizar, adiantou que a posição da CDU era no sentido de saudar a prestação das contas e de as aprovar, com o desejo futuro de que se mantenha a mesma firmeza e a mesma coerência na defesa do património do Município e do País.

----- Para responder às três intervenções dos Senhores Deputados, respectivamente, do GM do CDS-Partido Popular, do GM do PS e do GM da CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer ao Senhor Deputado Rui Marinha que aquela discrepância poderia perfeitamente justificar as rupturas, nesse aspecto estavam de acordo. Mas não totalmente, porque tinham de considerar as muitas regas.

----- Sobre a intervenção do Senhor Deputado João Morais, concordou com o Senhor Deputado no aspecto de, por força das regas, haver muita dificuldade em controlar as perdas, mas não será tudo. Reconheceu a existência de rupturas e afirmou que a Câmara tem vindo mesmo, nas estradas que vai requalificando, a fazer uma intervenção no sentido de ir substituindo velhas canalizações, que têm sido o quebra-cabeças até para os serviços, que não têm resposta atempada para resolver os problemas.

----- Respondendo ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, esclareceu que aquela água nada tinha a ver com a água da rede, até porque quem conhece, sabe que perto da Fonte do Regalo o nível freático está muito em cima e nasce ali a água, água essa que, junto com as outras que no local foram colhidas, seguiam para o tanque das patas. Como a obra estava a decorrer, disse que não a podiam fazer circular ali e, então, tinha de ser bombeada para uma conduta que a levasse a um destino onde não causasse prejuízo. Concluiu, informando que a própria evolução da obra ia restabelecer a circulação da água, conforme previsto no próprio projecto.

----- Concluídas as explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do GM do PS.

----- O Senhor Deputado disse ter solicitado a palavra para lhe contar uma experiência sua e lhe lançar um desafio relativamente às águas. A experiência tinha a ver com o facto de residir no Cartaxo, onde passa alguns dias da semana, local onde ocorreu a experiência de concessão das águas, assim como em Santarém, duas Câmaras daquela zona, portanto, que se vêm a braços com problemas de endividamento. Informou, portanto, que concessionaram as águas no início do ano, sendo que a Câmara de Santarém recebeu sete milhões de euros, a do Cartaxo dois milhões e meio, e isso para dizer que a sua factura da água, em particular, desde a concessão, passou de seis euros (quatro de água e dois de taxas) para dezoito euros (agora onze euros de



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

taxis: de disponibilidade, de saneamento, recolha de resíduos, etc.). Entretanto, deu também a conhecer, de acordo com um número interessante que tinha lido no dia anterior, que uma outra empresa da zona – Águas do Ribatejo -, que tem a concessão de cinco Municípios daquela zona, cortou nos últimos doze meses quatro mil contadores de água por falta de pagamento. Portanto, e depois de apresentar a experiência que queria dar a conhecer, concluiu que, de facto, a experiência de ter em Anadia a gestão directa das águas é algo importante.

----- Depois, passou a lançar o desafio. Assim, referiu que um pouco antes o Senhor Presidente da Câmara tinha extrapolado a sua intervenção da lógica local para uma lógica nacional, ao colar a sua intervenção à do líder do Partido. Então, esclareceu que estava habituado a pensar pela sua cabeça, assim como todos os Deputado do Grupo Municipal do PS, porquanto não concordavam com tudo o que se passa a nível nacional, como o Senhor Presidente deveria imaginar. E, portanto, disse que eu queria também extrapolar a lógica local e sugerir que o Senhor Presidente da Câmara enviasse as contas dos Serviços para o líder do seu Partido e lhe dissesse, em jeito também de sugestão, que nem sempre a lógica da privatização era uma lógica acertada, porquanto, também se faziam coisas correctas e também se fazia uma gestão boa no domínio público.

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado André Henriques, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que não diria que não fosse legítimo privatizar ou vender, mas a verdade é que a Câmara Municipal fundamenta a manutenção dos Serviços Municipalizados, precisamente por entender ter capacidade para os Municípios virem a beneficiar de uma estrutura muito mais protectora dos interesses dos Municípios do que aqueles que as venderam.

----- Também disse acreditar que eles precisassem de dinheiro, mas que pedissem no banco, que não vendessem o património que, depois de o venderem por sete milhões, não o conseguiram comprar nem sequer por setenta milhões. Disse, ainda, compreender a situação e compreender, também, que as dívidas dos municípios de que o Senhor Deputado tinha falado. No entanto, adiantou que em Anadia, os Serviços e a Câmara Municipal têm tido algum cuidado de ajudar até o munícipe que não pode pagar (porque já existem muitos municípios que não pagam a água). Mas disse saber que nos outros Municípios, onde as águas foram privatizadas, a Câmara tem de as pagar ou então não se responsabiliza pelo fornecimento de água a essas entidades que efectivamente não as pagam.

----- Esclareceu, ainda, que se tinha referido à necessidade de estabelecer comparações e pela apresentação do Senhor Deputado, chegava à conclusão que o Senhor Deputado tinha vindo exactamente ao encontro do que tinha dito: se o Senhor Deputado concordava com o facto de o seu líder não querer privatizar as águas, ele, Presidente da Câmara, não concordava com o seu líder, que quer privatizar. E disse não concordar, de tal maneira que não o tinha feito. Concluiu,



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assim, que a independência do Senhor Deputado, a dele próprio, e de qualquer um, tinha de estar nisso mesmo, pensar pelas suas cabeças.

Esgotado o tempo destinado à discussão do terceiro ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu esse período de discussão por encerrado e submeteu o ponto a votação.

Finda a votação do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que, por maioria, com vinte e oito fotos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, do Senhor Deputado do GM da CDU e dos Senhores Deputados do GM do PS, José Cerveira Lagoa e José Maria Almeida Ribeiro, zero votos contra, e sete abstenções, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, e do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e com a ausência na sala da Senhora Deputada, Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS, a Assembleia Municipal aprovava os documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e dez.

Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto três da ordem do dia.

Subsequentemente, passou a apresentar o ponto quatro da mesma, "Apresentação, discussão e votação da Primeira Revisão dos Documentos Previsionais do Município de Anadia, referente ao exercício de dois mil e onze, nos termos da alínea b) do número dois do Artigo Terceiro do RAMA".

Finda a apresentação, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por recordar que tinha sido denunciado por alguém, aquando da discussão a prestação de contas do Município de Anadia, que efectivamente já estariam no ponto quatro. Apesar de dizer que não teria grandes explicações a dar, esclareceu tratar-se, fundamentalmente, de opções da Câmara em função das obras que têm de ver reforçadas as verbas. Acrescentou, ainda, ser sua obrigação, mas não sair muito disso, também, porque a sair, deixava de ter dotadas obras que mais tarde o impossibilitariam de concorrer a Fundos Comunitários ou até em concursos normais. Disse, a concluir, tratar-se de um documento simples de perceber, com o respectivo saldo da gerência, e com as consequentes distribuições. Considerando não tem qualquer tipo de discussão, disponibilizou-se, todavia, para prestar qualquer esclarecimento que viesse a revelar-se necessário.

Para uma primeira intervenção no ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do GM do CDS-Partido Popular.

O Senhor Deputado começou por referir que no ponto em discussão não tinha sido cumprido o Estatuto do Direito de Oposição, uma vez que o seu Grupo Municipal não foi consultado nos termos do previsto nos números três e quatro do Artigo quinto do referido Estatuto.



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De qualquer modo, referiu que não sendo da responsabilidade da Assembleia Municipal a elaboração do documento, parecia-lhe que algo estava em falta, porque apesar de ser um documento simples com os números e com uma deliberação, mas sem qualquer justificação, embora caiba à Câmara Municipal, quanto ao facto de serem aquelas rubricas reforçadas e não outras. Reconhecendo ser um entendimento da Câmara Municipal, não deixou de considerar que deveria ser acompanhado de uma informação a explicar a opções das rubricas, com a redistribuição, e não só os números, que lhe pareciam pouco.-----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu não existir qualquer documento legal que seja obrigatório anexar à proposta em discussão. Acrescentou, ainda, que a proposta era acompanhada da deliberação do Executivo Municipal, onde se encontravam as explicações de quem tinha o direito de disponibilizar as verbas pelas rubricas, pelo que não haveria mais explicações a dar. No entanto, adiantou que o Senhor Deputado poderia, sim, colocar as questões que entendesse ao Senhor Presidente da Câmara Municipal naquele período de discussão. A finalizar, considerou, assim, não haver qualquer lapso por parte da Mesa da Assembleia.-----

----- Retomando a palavra, o Senhor Deputado Sidónio Simões esclareceu não estar a dizer que haveria qualquer lapso, mas antes que quem aprova, no mínimo, deveria saber qual a fundamentação das opções. Reconhecendo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal facilmente lha daria, não deixou de frisar que se a mesma constasse da proposta evitavam tudo aquilo, porquanto da deliberação não conseguia perceber porque tinham sido aquelas rubricas e não outras. Esclareceu, a finalizar, ser apenas isso que gostaria de ver patente na deliberação, o que evitaria aquela discussão.-----

----- Para responder ao Senhor Deputado Sidónio Simões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que no documento constavam todas as obras onde o dinheiro foi aplicado. Precisamente essas obras, se as elencarmos bem, são todas obras com candidaturas aprovadas. Esclareceu, assim, que a distribuição tinha sido feita pelas obras, se não estivessem dotadas em orçamento, porque a estarem, teria de reforçar, tendo enumerado algumas das obras que constavam da proposta e que explicou tratar-se de obras que faziam parte dos Fundos Comunitários cujas candidaturas estavam prestes a ser abertas.---

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não vendo mais solicitações para intervir no âmbito da discussão do quarto ponto da ordem do dia, deu o seu período de discussão por encerrado e submeteu o ponto a votação.-----

----- Finda a votação do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que, por maioria, com vinte e nove fotos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, do Grupo Municipal da CDU e do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, José Cerveira Lagoa e José Maria Almeida Ribeiro, zero votos contra, e cinco abstenções, dos Senhores Deputados do



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Grupo Municipal do PS, e com a ausência na sala do Senhor Deputado do GM do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, César Andrade, e a Senhora Deputada, Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS, a Assembleia Municipal aprovara a primeira Revisão dos documentos previsionais do Município de Anadia, referente ao exercício de dois mil e onze.

----- Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto quatro da ordem do dia.

----- Subsequentemente, passou a apresentar o ponto cinco da mesma, "Apresentação, discussão e votação da Primeira Revisão dos Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Anadia, referente ao exercício de dois mil e onze, nos termos da alínea b) do número dois do Artigo Terceiro do RAMA".

----- Finda a apresentação, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a justificação era semelhante à anterior, sendo que a proposta dos Serviços era mais simples por ter uma intervenção apenas em duas rubricas (a zero, zero, zero, dois e a zero, zero, zero, sete), tratando-se somente de um reforço daquelas áreas.

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto cinco da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do GM do CDS-Partido Popular.

----- O Senhor Deputado disse que o reparo que fazia para o documento em discussão era o mesmo que tinha feito para o anterior, apesar de o Senhor Presidente da Câmara Municipal, entretanto, já ter dado a explicação. Assim, reforçou que quer na deliberação que lhes tinha sido presente, quer na acta da reunião do Executivo não aparecia qualquer justificação para o facto de serem aquelas e não outras rubricas a serem reforçadas. A finalizar, e apesar de reforçar que o Senhor Presidente já tinha esclarecido, voltou a referir que lhe parecia que se constasse da deliberação, não era difícil e aceleravam todo o processo.

----- Não havendo mais solicitações para intervir no âmbito da discussão do quinto ponto da ordem do dia, de imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu o seu período de discussão por encerrado e submeteu o ponto a votação.

----- Finda a votação do ponto cinco da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que, por maioria, com vinte e nove votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, do Grupo Municipal da CDU e do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, José Cerveira Lagoa e José Maria Almeida Ribeiro, zero votos contra, e cinco abstenções, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, e com a ausência na sala do Senhor Deputado do GM do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, César Andrade, e da Senhora Deputada, Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS, a Assembleia Municipal



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aprovara a primeira Revisão dos documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Anadia, referente ao exercício de dois mil e onze.

----- Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto cinco da ordem do dia.

----- Subsequentemente, passou a apresentar o ponto seis da mesma, "Apresentação, discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de alteração ao Regulamento de Taxas do Município de Anadia, nos termos das alíneas a) e e) do número dois do Artigo Terceiro do RAMA".

----- Finda a apresentação, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto.

----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que tem de haver sempre um enquadramento por Portugal pertencer à União Europeia. Assim, explicou tratar-se, basicamente de ir actualizando a legislação com o que está superiormente estipulado, sendo que a Câmara regia-se por uma lei de algum tempo, mas, entretanto, com a lei de dois mil e dez, a Câmara tem a oportunidade de fazer a cobrança adequada e dotar os serviços competentes para que as taxas sejam actualizadas.

----- Concluiu, explicando que a Câmara cumpriu a lei e a alteração tinha de ser feita para integrar no regulamento de taxas e licenças do Município de Anadia, configurando algo bastante simples, mas que aparecia por força das alterações que são impostas à Câmara Municipal, inclusivamente por Directivas Europeias.

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não vendo mais solicitações para intervir no âmbito da discussão do sexto ponto da ordem do dia, deu o seu período de discussão por encerrado e submeteu o ponto a votação.

----- Finda a votação do ponto seis da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que, por unanimidade, com trinta e três votos a favor, e com a ausência na sala do Senhor Deputado do GM do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, César Andrade, do Senhor Deputado do GM do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Ancas, Arménio Cerca, e da Senhora Deputada, Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS, a Assembleia Municipal aprovava a proposta da Câmara Municipal de alteração ao Regulamento de Taxas do Município de Anadia.

----- Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto seis da ordem do dia.

----- Subsequentemente, passou a apresentar o ponto sete da mesma, "Apresentação, discussão e votação da proposta da primeira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano dois mil e onze, apresentada pela Câmara Municipal, nos termos conjugados do Artigo 4.º e Artigo 5.º da Lei de Vínculos Carreiras e Remunerações, conjugados com o Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de Setembro (aprovada pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, encontrando-se actualizada de acordo com a Declaração de Rectificação n.º



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*22-A/2008, de 24 de Abril, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 269/2009, de 30 de Setembro, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, Lei n.º 34/2010, de 02 de Setembro, e Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro)".-----*

----- Finda a apresentação, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que a nova legislação não autoriza a Câmara a contratar pessoas, mesmo por tempo determinado, sem alteração do dito quadro de pessoal. E, portanto, o assunto tinha de ser aprovado pela Assembleia.-----

----- Adiantou, entretanto, que a Câmara tem necessidade de algumas pessoas, conforme constava da deliberação, e tinha necessidade, também, de reorganizar o pessoal da Biblioteca Municipal, situações que no decorrer da administração tinham necessidade de alterar. Assim, e apesar de se tratar de um competência da Câmara Municipal proceder às necessárias adaptações ou alterações, a verdade era que só o poderia fazer depois de obter a aprovação da Assembleia Municipal, por se tratar de uma competência da Assembleia viabilizar, ou não, o recrutamento daquelas pessoas. Finalizou, dizendo que a explicação constava da deliberação do Executivo.-----

----- No período de discussão do ponto sete da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do GM do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado passou a apresentar algumas questões. Primeiro, e considerando a fase em que o País se encontrava, com a "Troika" instalada em Portugal, e tendo em consideração que não é ainda do conhecimento público os reflexos que irão ter as medidas que vierem a ser tomadas nos apoios do Governo aos Municípios, perguntou se aquela seria a altura ideal para propor novas contratações?-----

----- Passando a apresentar uma outra questão, constatou que a proposta refere não haver acréscimo com despesas de pessoal, mas não era junto qualquer documento a comprová-lo. Referindo a existência de um mapa, constatou que o mesmo não coincidia com o descrito, porquanto o quadro apresentado junto da informação técnica não esclarecia o que era proposto (não dizia o mesmo, porque não apareciam os Técnicos Superiores; falava em redução de dois Técnicos, mas depois o quadro anexo não mencionava os Técnicos Superiores). Como nesse quadro só havia acréscimos, não havia reduções, o Senhor Deputado concluiu, portanto, pela falta de um qualquer equilíbrio para ser cumprido o Orçamento de Estado. Nessa medida, pediu para ser informado sobre o assunto e, se estivesse tudo bem, nada mais teria a dizer.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por explicar que muitas pessoas que se encontram a trabalhar na Câmara Municipal iriam ver os seus contratos terminados, sem possibilidade de renovação (na altura contratados, uns como licenciados, outras como



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cozinheiras, etc.).-----

----- Refutando o que tinha dito o Senhor Deputado, quanto ao facto de a Câmara estar a contratar mais pessoal, o Senhor Presidente esclareceu que a Câmara estava a criar condições para legalizar as pessoas, porque, senão, terminado o contrato, teriam de se ir embora, com lugar a indemnização.-----

----- Esclareceu, ainda, que as pessoas terminam o contrato e a Câmara tem de resolver de imediato a situação, porque ao terminarem o contrato, tem de lhes ser dada indemnização e, como o lugar existe, tem de ser posto a concurso. Com a proposta apresentada, a intenção era adequar as pessoas àqueles lugares.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões.-----

----- O Senhor Deputado disse não ter ficado completamente esclarecido porque, de acordo com a proposta, principalmente na Divisão de Comunicação e Assuntos Culturais e Sociais, iriam ser criados três postos de trabalho por tempo indeterminado, para a categoria de Assistente Técnico, que acresciam aos quatro que já constavam do Mapa de Pessoal previsto para dois mil e onze. Então, perguntou se em dois mil e onze não tinham previsto que aquelas pessoas iam embora, uma vez que os contratos iam acabar. Porque, como adiantou, os contratos não acabaram em três meses.-----

----- Concordou, entretanto, com a redução dos Técnicos Superiores, e quanto ao caso da cantina, disse que nem merecia dúvidas, porque se a cozinheira se ia embora, era necessário contratar outra, e porque os miúdos não podiam ficar sem comer.-----

----- Já na parte dos Assistentes Técnicos, voltou a dizer que lhe tinham surgido dúvidas, porque estando em Abril, e sendo os contratos a tempo determinado elaborados por períodos superiores, indo acabar, porque motivo a situação não tinha sido prevista no quadro anterior?---

----- Para responder ao Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu tratar-se de um problema de gestão, na medida em que a Câmara Municipal entendeu que esse tipo de serviço pode ser feito por um funcionário por tempo indeterminado, mas só o poderá fazer com a autorização da Assembleia Municipal. Adiantou, ainda, que a intenção da Câmara é ter um funcionário que possa responsabilizar para uma missão objectiva, porque recorrendo a uma empresa de prestação de serviços, como por exemplo de segurança, para além de o empregador ser outro, e nem sequer saber se o funcionário é ou não pago, não o poderá responsabilizar como se fosse da Câmara Municipal.-----

----- Na questão da Biblioteca, em que o Senhor Deputado concordou com a redução dos Técnicos Superiores, referiu que na altura a Câmara Municipal abriu concurso para pessoal, mas como actualmente só necessita de um Técnico Superior, e também porque não pode ter todos



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os funcionários como Técnicos Superiores, por isso estava a pedir a autorização da Assembleia para proceder à alteração. Adiantou, ainda, que o lugar é posto a concurso e a Câmara até corre o risco de na Bolsa de Emprego Público existir um funcionário com preferência sobre o que vinha ocupando o lugar e cujo contrato termina.

----- A concluir, referiu que as restrições em termos de empregabilidade não foram criadas pela Câmara, mas foram negociadas pelos Sindicatos, e o Governo não terá avançado para as medidas sem previamente consultar os parceiros.

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não vendo mais solicitações para intervir no âmbito da discussão do sétimo ponto da ordem do dia, deu o seu período de discussão por encerrado e submeteu o ponto a votação.

----- Finda a votação do ponto sete da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que, por maioria, com trinta e dois votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, do Grupo Municipal do PS e do Grupo Municipal da CDU, zero votos contra e duas abstenções, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e com a ausência na sala do Senhor Deputado do GM do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, César Andrade, e da Senhora Deputada, Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS, a Assembleia Municipal aprovava a proposta da primeira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano dois mil e onze.

----- Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto sete da ordem do dia.

----- Subsequentemente, passou a apresentar o ponto oito da mesma, *"Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia como delegado ao XIX Congresso da ANMP e seu substituto, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 2.º do Regulamento do referido Congresso, a realizar em Coimbra, no dia nove de Julho de dois mil e onze"*.

----- Finda a apresentação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário de que tinham sido apresentadas duas propostas à Mesa: uma do Grupo Municipal do PS, que passou a denominar de proposta A, da qual constava como efectivo o Senhor Deputado José Maria Almeida Ribeiro, e como suplente o Senhor Deputado José Cerveira Lagoa, com as respectivas declarações de aceitação; e uma do Grupo Municipal do PPD/PSD, a proposta B, que indicava como efectivo o Senhor Deputado Mário Augusto Carreira Heleno e como seu substituto, o Senhor Deputado Fernando Adelino Pina Fernandes.

----- Uma vez distribuídos os respectivos boletins de voto, uma vez que estando envolvidas pessoas, a votação seria efectuada por escrutínio secreto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a chamar os Senhores Deputados para depositarem os boletins de voto na urna.

----- Efectuada a contagem dos votos, dos trinta e quatro Deputados apresentados à votação, uma vez que estavam ausentes da sala o Senhor Deputado do GM do PPD/PSD e Presidente da



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, César Andrade, e a Senhora Deputada, Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que da votação resultaram zero votos nulos, um voto em branco, nove votos para a lista A e vinte e quatro votos para a lista B. Subsequentemente, anunciou que se consideravam eleitos os Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, Mário Augusto Carreira Heleno e Fernando Adelino Pina Fernandes, representantes da lista B.

Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto oito da ordem do dia.

Antes de dar por concluído o período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao Plenário da apresentação de uma proposta por parte do Grupo Municipal do PPD/PSD, para aprovação em minuta dos pontos dois, três, quatro, cinco, seis, sete e oito da ordem do dia.

Depois de submeter à votação a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, de aprovação em minuta dos pontos dois, três, quatro, cinco, seis, sete e oito da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade, com a ausência na sala do Senhor Deputado do GM do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, César Andrade, e da Senhora Deputada, Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS.

De imediato, deu por encerrado o período da ordem do dia e passou ao período de intervenção do público.

Não tendo sido solicitada a intervenção por parte de qualquer cidadão, anunciou que o período de intervenção do público não iria ser realizado.

Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e, de imediato, deu por encerrada a sessão ordinária, quando eram treze horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -